

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E NOTARIZADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA
COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE
COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.**

Entre

MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.,
na qualidade de Emissora

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
*como Agente Fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto
da presente emissão*

e

NX GOLD S.A.,
como Garantidora

15 de dezembro de 2016.

Deixas: R\$
Total
16308,94

956440-5ºRTD



Emi 33224,67 Foli 8848,78 8ºD 18,32 Mm 13,78 Ac 0,28 Fundper
1881,22 Fundper 1881,22
Fundper 1128,96 Registrado microfilmado e digitalizado em 24/12/11

21 DEZ 16 958440

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

I. Como emissora:

MINERAÇÃO CARAÍBA S.A., companhia fechada com sede na Fazenda Caraíba s/n, na Cidade de Jaguarari, Estado da Bahia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob n.º 42.509.257/0001-13 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") sob o NIRE n.º 29300019097, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "**Emissora**"; e

II. Como Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) ("**Debenturistas**") e doravante denominada simplesmente "**Agente Fiduciário**";

III. E, na qualidade de garantidora,

NX GOLD S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Pio X n.º 98, 8º andar - Parte, CEP n.º 20091-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.501.410/0001-81, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente "**Garantidora**", sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, quando referidos em conjunto, "**Partes**" e, individualmente, "**Parte**";

Considerando que:

- (A) em 16 de junho de 2014, a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, celebraram a "*Escritura Particular da 4ª (quarta) Emissão*"

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DO OFÍCIO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da *Mineração Caraíba S.A.*", conforme aditada em 15 de setembro de 2015 ("**Escritura da 4ª Emissão**") referente à 4ª emissão de debêntures da Emissora ("**Debêntures da 4ª Emissão**"), no valor original total de R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais), com valor atualizado para data-base de 30 de junho de 2016 de R\$ 48.323.602,51 (quarenta e oito milhões, trezentos e vinte e três mil, seiscentos e dois reais e cinquenta e um centavos);

- (B) em 31 de agosto de 2015, a Emissora e o Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na Avenida Cidade Jardim, 803, 2º andar, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.195.667/0001-06 ("**ABC**"), celebraram a "*Cédula de Crédito mediante Repasse de Recursos oriundos de Captação no Exterior nº 3835815*", no montante total de US\$13.247.323,67 ("**CCB**" e, em conjunto com as Debêntures da 4ª Emissão da Emissora, "**Obrigações Financeiras Existentes**");
- (C) em 03 de fevereiro 2016, a Emissora e a Garantidora ajuizaram pedido de recuperação judicial distribuído à Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cível e Empresarial da Comarca de Jaguarari, Estado da Bahia, sob o nº 800093-21.2016.8.05.0139 ("**Recuperação Judicial**");
- (D) o ABC foi informado pela Emissora e pela Garantidora acerca de negociações mantidas por tais empresas, a Zinia Participações S.A., sociedade por ações constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.851.532/0001-56 ("**Zinia**"), a Branford RJ Participações S.A., sociedade por ações constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.604.102/0001-03 ("**Branford**") e a Tugalla B.V., sociedade limitada (*besloten vennootschap met beperkte aansprakelijkheid*), constituída de acordo com as leis da Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.460.042/0001-82 ("**Tugalla**" e, em conjunto com a Branford e Zinia, os "**Antigos Acionistas**"), a **ERO RESOURCE PARTNERS**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis de Delaware ("**Ero Resource**") e a **ERO COPPER CORPORATION**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Canadá ("**ECC**" ou "**Acionista**"), para (i) a aquisição, pela ECC, de ações correspondente a 84,95% (oitenta e quatro inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do capital social da Emissora e de ações correspondentes a 27,76% (vinte e sete inteiros e setenta e seis centésimos por cento) do capital social da Garantidora, todas de titularidade dos Antigos Acionistas, e (ii) a realização de determinada injeção de

21 DEZ 16 956440

REGISTRAL DE ALZ. DO COM. MERCADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

capital na Emissora com o objetivo de viabilizar a retomada das atividades de tais empresas ("**Investimento**");

- (E) no contexto das negociações indicadas acima, foi informado pela Emissora que a realização do Investimento pela ECC dependeria, dentre outras condições: (i) da renegociação das dívidas da Emissora e da Garantidora com determinados credores, e (ii) da extinção da Recuperação Judicial;
- (F) para os fins do disposto acima, no intuito de viabilizar a reestruturação das Obrigações Financeiras Existentes e demais obrigações financeiras da Emissora com outras instituições financeiras, a Emissora, a Garantidora, a Ero Resource, a ECC, o Agente Fiduciário, o ABC, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander Brasil**"), o Banco Santander (Brasil) S.A., Cayman Branch ("**Santander Cayman**" e em conjunto com Santander Brasil, "**Santander**"), o Banco Votorantim S.A. ("**Votorantim Brasil**"), o Banco Votorantim S.A., Nassau Branch ("**Votorantim Nassau**", em conjunto com o Votorantim Brasil, "**Votorantim**"), o Itaú Unibanco S.A. ("**Itaú Brasil**"), e o Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch ("**Itaú Nassau**", em conjunto com o Itaú Brasil, "**Itaú**" e, em conjunto com o Votorantim, o Santander e o ABC, os "**Credores Iniciais**") celebraram, em 03 de agosto de 2016, um *term-sheet* não vinculante regulando os principais termos e condições para a efetivação de uma repactuação de determinadas dívidas da Emissora e da Garantidora junto aos Credores Iniciais ("**Term-Sheet**" e "**Reestruturação**"). Além disso, a Emissora, a Garantidora e o ABC firmaram, em 02 de dezembro de 2016, Termos de Entendimentos com Condições Suspensivas e Resolutivas, que encontram-se refletidos nesta Escritura;
- (G) após acordados os termos da Reestruturação, a Emissora e a Garantidora protocolaram pedido de desistência da Recuperação Judicial, em 27 de outubro de 2016, aprovada pela unanimidade dos credores da Emissora e da Garantidora em assembleia geral de credores realizada em 05 de dezembro de 2016, e homologada pelo juiz de direito da Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cível e Empresarial da Comarca de Jaguarari, Estado da Bahia, em 06 de dezembro de 2016;
- (H) para fins de implementação do Investimento, a ECC e os Antigos Acionistas assinaram os Contratos de Compra e Venda de Ações por meio dos quais a ECC adquiriu ações correspondentes a 84,95% (oitenta e quatro inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do capital social da Emissora e a 27,76% (vinte e sete inteiros e setenta e seis centésimos por cento) do capital social da Garantidora detidas pelos Antigos Acionistas, além de direitos que garantam o

21 DEZ 16 956440

REGISTRAL DE INSTRUMENTOS
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

controle da gestão da Garantidora pela ECC, mediante a verificação de determinadas condições precedentes ("SPAs"); e

- (I) com o intuito de viabilizar a Reestruturação, observadas as condições precedentes para liquidação e integralização previstas no Contrato de Colocação (conforme definido abaixo), as Partes desejam celebrar esta Escritura, a fim de refletir os termos e condições pactuados no *Term-Sheet* para a Reestruturação.

RESOLVEM as Partes, por meio do presente instrumento e na melhor forma de direito, celebrar a presente "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A." ("**Escritura**"), que passa a substituir as Obrigações Financeiras Existentes, nos termos e condições abaixo:

1 TERMOS DEFINIDOS

- 1.1** Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles a seguir atribuído:

ABC

Banco ABC Brasil S.A.

Acionista ou ECC

Significa (i) a **ERO COPPER CORPORATION**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Canadá, que deterá, cumpridas as condições precedentes estabelecidas nos SPAs, 84,95% (oitenta e quatro inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) de ações de emissão da Emissora representativas do seu capital social e a 27,76% (vinte e sete inteiros e setenta e seis centésimos por cento) de ações de emissão da Garantidora representativas do seu capital social total, além de direitos que garantam o controle da gestão da Garantidora pela ECC; e/ou (ii) qualquer outra entidade aprovada pelos Credores e que seja ou venha a ser titular de ações representativas do controle acionário da Emissora e/ou da Garantidora.

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE INSTRUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Acionistas com Direito a Pagamento
de Dividendos

Os acionistas minoritários da Emissora, que não sejam parte relacionada do Acionista e cuja participação individual não exceda a 5% (cinco por cento) do capital social da Emissora.

Aditivos aos Instrumentos de
Garantia

Em conjunto, os seguintes instrumentos de aditamento aos Instrumentos de Garantia, firmados no contexto da Reestruturação: (i) Segundo Aditamento dos Instrumentos Particulares de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças celebrado com os Antigos Acionistas; (ii) Sexto Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado com a finalidade de aditar o Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e das Contas; (iii) Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Condicional de Direitos Minerários com Cessionário a Declarar Outras Avenças relacionado ao Segundo Aditamento ao Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos; (iv) Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Condicional de Direitos Minerários com Cessionário a Declarar Outras Avenças relacionado ao Segundo Aditamento ao Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança; e (v) Contrato de Compartilhamento de Garantias.

Agente Depositário

O Itaú Unibanco S.A., agente contratado e remunerado pela Emissora para prestação de serviços de custódia de recursos financeiros dos direitos e créditos cedidos fiduciariamente, por meio da administração das contas bancárias cedidas fiduciariamente, nos termos do Contrato de Administração de Contas.



21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários, acima qualificada.

AGD

Assembleia Geral de Debenturistas.

AGE

Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, que
aprovou a Emissão.

AGE da Garantidora

Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da
Garantidora, que conforme deliberado e aprovado
na RCA da Garantidora deverá ratificar a outorga
da Fiança previamente aprovada pela RCA da
Garantidora.

Alienação(ões) Fiduciária(s) de
Ações

A alienação fiduciária da totalidade das ações de
emissão da Emissora detidas pela Acionista.

Amortização Antecipada Parcial
Obrigatória

Amortização antecipada parcial obrigatória das
Debêntures, conforme definida na Cláusula 7.2
abaixo.

ANBIMA

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados
Financeiros e de Capitais.

Antecipação de Vermelhos

A hipótese de início da produção comercial do
Projeto Vermelhos antes de 15 de maio de 2019, e
a respectiva mecânica de amortização antecipada
de parcelas que será aplicável em tal caso,
conforme Cláusula 5.15.1.1.

Antigos Acionistas

Quando referidas em conjunto, a Zinia
Participações S.A., sociedade por ações constituída
e existente de acordo com as leis da República
Federativa do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR FUNDADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

05.851.532/0001-56 ("Zinia"), a Branford RJ Participações S.A., sociedade por ações constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.604.102/0001-03 ("Branford") e a Tugalla B.V., sociedade limitada (*besloten vennootschap met beperkte aansprakelijkheid*), constituída de acordo com as leis da Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.460.042/0001-82 ("Tugalla").

Aportes

Significa o montante de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte americanos), a serem aportados pelo Acionista na Emissora, mediante aumento de capital e integralização de ações em moeda corrente nacional (*equity*), da seguinte forma: (a) Aporte A; (b) Aporte B; (c) Aporte C; e (d) Aporte D; observado que o valor do Empréstimo Conversível (mediante efetiva conversão em participação societária) poderá ser utilizado para compor o valor total de qualquer dos Aportes indicados acima.

Aporte A

É o valor de US\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de dólares norte americanos), a ser aportado e disponibilizado para a Emissora em até 40 (quarenta) dias contados de 2 de dezembro de 2016.

Aporte B

É o valor de US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares norte americanos), a ser aportado e disponibilizado para a Emissora em até 90 (noventa) dias contados de 2 de dezembro de 2016.

Aporte C

É o valor de US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte americanos), a ser aportado e

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE MICROFINANÇADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

disponibilizado para a Emissora em até 9 (nove) meses contados de 2 de dezembro de 2016.

Aporte D

É o valor de US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte americanos), a ser aportado e disponibilizado para a Emissora em até 12 (doze) meses contados de 2 de dezembro de 2016.

Aumento de Custos

O aumento de custos da Emissão como resultado de qualquer mudança nas leis ou regulamentos pertinentes de aplicação geral ou de mudança na interpretação das referidas leis e regulamentos ou como resultado da observância pelos Debenturistas de diretriz, instrução ou exigência (com ou sem força de lei) de autoria ou imposição de qualquer Autoridade Governamental.

Autoridades Governamentais

Qualquer nação ou governo, estado ou outra subdivisão política, qualquer banco central (ou autoridade monetária ou regulatória similar) e qualquer entidade com autoridade executiva, legislativa, judicial, regulatória ou administrativa de ou pertencendo a governo (seja referida autoridade reconhecida como governo "de jure" ou "de facto"), incluindo, mas não se limitando ao DNPM.

Banco Central ou BACEN

O Banco Central do Brasil.

Banco Liquidante

O Itaú Unibanco S.A., sociedade com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001.04.



21 DEZ 16 956440

REGISTRAR E RECIBO OFICINADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

CCB

A Cédula de Crédito mediante Repasse de Recursos oriundos de Captação no Exterior nº 3835815, cujo saldo devedor nos termos acordados entre as respectivas partes perfaz, considerando a data base de 30/06/2016, a soma de R\$53.277.161,30 (cinquenta e três milhões, duzentos e setenta e sete mil, cento e sessenta e um reais e trinta centavos).

Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Paranapanema e da Conta Vinculada

A cessão fiduciária: (a) de 100% (cem por cento) dos direitos creditórios provenientes do Contrato de Fornecimento de Cobre; e (b) da totalidade dos direitos creditórios provenientes da Conta Vinculada, na qual são depositados 100% (cem por cento) dos recebíveis provenientes do Contrato de Fornecimento de Cobre.

CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, n.º 230, 7º (parte), 10º e 11º andares, CEP 20031-170, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.358.105/0001-91, instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de custódia de ativos escriturais e liquidação financeira.

CETIP21

CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, ambiente de negociação secundária de títulos e valores mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.

CNPJ/MF

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Código Civil

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Código de Processo Civil

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme eventualmente alterada.

Coligada

Qualquer Pessoa em que a Pessoa Controladora da Emissora e/ou da Garantidora detenha participação, direta ou indireta, significativa, sem controlá-la.

Condição de Exercício

Conforme definição constante da Cláusula 6.1.3.

Condições Aceitáveis para Repactuação das Dívidas da Emissora com Outros Bancos

Para cada uma das Dívidas da Emissora com Outros Bancos, as seguintes condições:

Banco	Condições Aceitáveis
Banco do Brasil S.A.	<p>As condições de repactuação serão pactuadas por meio de um aditamento ao instrumento de dívida existente, sendo os termos e condições da repactuação as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>Prazo Total</u>: 10 (dez) anos, sendo 96 (noventa e seis) meses, o prazo de amortização, e 24 (vinte e quatro) meses, o prazo de carência; - <u>Taxa de Juros</u>: CDI + 0,5% a.a.; - No período de carência, os juros serão devidos trimestralmente; - Não haverá <i>haircut</i>; e - <u>Garantias</u>: aval da NX Gold S/A.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E HOMOLOGADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

<p>Banco do Nordeste e do Brasil S.A.</p>	<p>As condições de repactuação serão mantidas no instrumento de dívida original, devendo a MCSA (i) pagar as parcelas vencidas em até 90 (noventa) dias da decisão judicial que homologar a desistência da Recuperação Judicial e (ii) em até 180 (dias) contados da decisão judicial que homologar a desistência da Recuperação Judicial, a MCSA deverá restaurar o valor das garantias, equivalente a 4 parcelas da dívida, sendo os termos e condições da repactuação as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>Prazo Total</u>: 7 (sete) anos, sendo 60 (sessenta) meses, o prazo de amortização, e 24 (vinte e quatro) meses, o prazo de carência; - <u>Taxa de Juros</u>: 10% (dez por cento) ao ano, com bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento); - No período de carência, os juros serão devidos trimestralmente; - Não haverá <i>haircut</i>; e - <u>Garantias</u>: manutenção da hipoteca da Fazenda Caraíba, e alienação fiduciária de máquinas e conta caução.
<p>Banco Pine S.A.</p>	<p>As condições de repactuação serão pactuadas por meio de um aditamento ao instrumento de dívida existente, sendo os termos e condições da repactuação as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>Prazo Total</u>: 10 (dez) anos, sendo 102 (cento e dois) meses, o prazo de amortização, e 18 (dezoito) meses, o prazo de carência; - <u>Taxa de Juros</u>: Variação Cambial + 7,5%; - Não será devido juros no período de carência; e - <u>Haircut</u>: 20% do valor total da dívida; - <u>Garantia</u>: 10% de alienação fiduciária de equipamentos e aval da NX Gold.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL RJ

<p>Banco Fibra S.A.</p>	<p>As condições de repactuação foram acordadas por meio de um memorando de entendimentos celebrado entre o Banco Fibra S.A. e a MCSA, sendo os termos e condições da repactuação as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>Prazo Total</u>: 3 (três) anos, sendo 24 (vinte e quatro) meses, o prazo de amortização, e 12 (doze) meses, o prazo de carência; - <u>Taxa de Juros</u>: Variação Cambial + 7,5%; - No período de carência, os juros serão devidos mensalmente; e - Não haverá <i>haircut</i> ou garantias.
<p>Banco Safra S.A.</p>	<p>As condições de repactuação serão mantidas no instrumento de dívida original, devendo a MCSA pagar as parcelas vencidas em até 90 (noventa) dias da decisão judicial que homologar a desistência da Recuperação Judicial, sendo os termos e condições da repactuação as seguintes (que constam na Ata da Assembleia Geral de Credores, convocada para decidir acerca da desistência da Recuperação Judicial):</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>Prazo Total</u>: 28 (vinte e oito) meses, sendo 23 (vinte e três) meses, o prazo de amortização, e 5 (cinco) meses, o prazo de carência; - <u>Taxa de Juros</u>: Variação Cambial + 7,5%; - No período de carência, os juros serão devidos mensalmente; e - Não haverá <i>haircut</i> ou garantias.

Conta Vinculada

A conta vinculada nº 90.348-9, aberta pela Emissora junto ao Agente Depositário (Banco Itaú), agência nº 2001, de titularidade da Emissora, não-movimentável, na qual são depositados 100% (cem por cento) dos recebíveis provenientes do Contrato de Fornecimento de Cobre e cujas regras de movimentação estão descritas no Contrato de

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ
Administração de Contas.

Contrato de Administração de Contas

O Contrato de Prestação de Serviços de Conta Vinculada datado de 6 de maio de 2011, conforme aditado de tempos em tempos, firmado com o Agente Depositário, agindo na qualidade de agente depositário da Conta Vinculada, com o terceiro aditamento celebrado em 22 de outubro de 2015 e quarto e último aditamento celebrado em 16 de dezembro de 2016.

Contratos com Pessoa a Declarar

Em conjunto, o Contrato com Pessoa a Declarar de Boa Esperança e o Contrato com Pessoa a Declarar de Vermelhos.

Contrato com Pessoa a Declarar de Boa Esperança

O Instrumento Particular de Cessão Condicional de Direitos Minerários com Terceiro a Declarar e Outras Avenças, celebrado em 04 de setembro de 2015, entre Emissora, os Credores e o antigo agente de garantias, que regula a transferência condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança, conforme aditado de tempos em tempos e último aditamento formalizado nos termos dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia.

Contrato com Pessoa a Declarar de Vermelhos

O Instrumento Particular de Cessão Condicional de Direitos Minerários com Terceiro a Declarar e Outras Avenças, celebrado em 04 de setembro de 2015, entre Emissora, os Credores e o antigo agente de garantias, que regula a transferência condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos, conforme aditado de tempos em tempos e último aditamento formalizado nos termos dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia.



21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE INSTRUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Contratos de Alienação Fiduciária de
Ações

O Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças celebrado entre os Credores, a Acionista e os Antigos Acionistas e o antigo agente de garantia, que regula a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, conforme aditado de tempos em tempos e último aditamento formalizado nos termos dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia.

Contrato de Cessão Fiduciária dos
Direitos Creditórios e da Conta
Vinculada

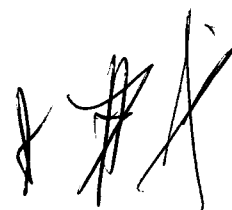
O Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em 04 de setembro de 2015, entre, dentre outros, a Emissora e os Credores, que regula a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Paranapanema e a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Conta Vinculada, conforme aditado de tempos em tempos e último aditamento formalizado nos termos dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia.

Contrato de Colocação

O "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Fidejussória, da 5ª (Quinta) Emissão da Mineração Caraíba S.A.", celebrado entre Emissora e Coordenador Líder.

Contrato de Compartilhamento de
Garantias

O Acordo entre Credores a ser celebrado entre os Credores, ou com qualquer outro prestador de serviço acordado entre os Credores, cujo objeto principal será a administração e compartilhamento dos Instrumentos de Garantia pelos Credores, exceto pelo Penhor dos Direitos Minerários de Vale do Curuçá que permanecerá compartilhado apenas



21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E LOCOMOADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

entre Votorantim, Santander e Itaú, até o pagamento integral da Dívida Reestruturada.

Contrato de Fornecimento de Cobre

O Contrato de Fornecimento de Concentrado de Cobre, celebrado entre a Emissora e a Paranapanema S.A., em 27 de janeiro de 2014 e aditado em 07 de março de 2016.

Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança

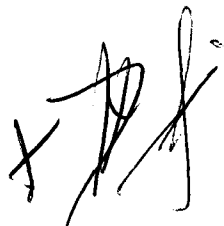
O "*Contrato de Penhor de Primeiro Grau sobre Direitos Minerários e Outras Avenças*", celebrado em 04 de setembro de 2015 e aditado em 28 de setembro de 2015, entre a Emissora, os Credores, o antigo agente de garantias, dentre outros, que regula o Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança, conforme aditado de tempos em tempos e último aditamento formalizado nos termos dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia.

Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos

O "*Contrato de Penhor de Primeiro Grau sobre Direitos Minerários e Outras Avenças*", celebrado em 04 de setembro de 2015 e aditado em 28 de setembro de 2015, entre a Emissora, os Credores, o antigo agente de garantias, dentre outros, que regula o Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos, conforme aditado de tempos em tempos e último aditamento formalizado nos termos dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia.

Controle

Em relação a qualquer Pessoa ou grupo de Pessoas ("**Pessoa Controladora**"), nos termos do artigo 116, da Lei das Sociedades por Ações: (a) a capacidade de a Pessoa Controladora, quer mediante a titularidade de participações societárias com direito a voto em outra Pessoa ("**Pessoa Controlada**"), quer por força de instrumento contratual ou a qualquer outro título, direta ou



21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

indiretamente: (a.i) eleger a maioria dos integrantes do conselho de administração ou outro órgão administrativo semelhante da Pessoa Controlada, ou (a.ii) dirigir as políticas administrativas da Pessoa Controlada, ou (b) a titularidade de direitos que assegurem à Pessoa Controladora, de modo permanente, a maioria dos votos nas assembleias gerais ou reuniões de sócios da Pessoa Controlada.

Coordenador Líder ou ABC

O Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 28.195.667/0001-06.

Credores

Em conjunto, os Credores Iniciais e o Agente Fiduciário.

Credores Iniciais

Em conjunto, o Banco Votorantim S.A., o Banco Votorantim S.A., Nassau Branch, o Banco Santander (Brasil) S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A., Grand Cayman Branch, o Itaú Unibanco S.A., o Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch e o ABC.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Emissão

15 de dezembro de 2016.

Data de Integralização

Data em que as Debêntures serão integralizadas conforme Cláusula 5.10 desta Escritura, observadas

REGISTRO DE DOCUMENTOS
DO OFÍCIO

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE DOCUMENTOS
DO OFÍCIO

as condições precedentes estipuladas no Contrato de Colocação.

Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios

Datas em que a Emissora pagará os Juros Remuneratórios aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.

Data de Vencimento

É a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, quando referidas em conjunto.

Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série

15 de novembro de 2026.

Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série

20 de março de 2027.

Debêntures

São as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série, quando referidas em conjunto.

Debêntures da 1ª Série

São as debêntures da 1ª série, representadas por 60.960.458 (sessenta milhões, novecentas e sessenta mil e quatrocentas e cinquenta e oito) debêntures, com valor unitário de R\$1,00 (um real) na Data de Emissão, perfazendo o valor total de R\$60.960.458,00 (sessenta milhões, novecentos e sessenta mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais).

Debêntures da 2ª Série

São as debêntures da 2ª série, representadas por 40.640.306 (quarenta milhões, seiscentas e quarenta mil e trezentas e seis) debêntures, com valor unitário de R\$1,00 (um real), na Data de

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR FISCALIZADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

Emissão, perfazendo o valor total de R\$40.640.306,00 (quarenta milhões, seiscentos e quarenta mil e trezentos e seis reais).

Debêntures da 4ª Emissão

São as debêntures da 4ª Emissão da Emissora, emitidas nos termos da Escritura da 4ª Emissão, no valor original total de R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais), com valor atualizado para data-base de 30 de junho de 2016 de R\$ 48.323.602,51 (quarenta e oito milhões, trezentos e vinte e três mil, seiscentos e dois reais e cinquenta e um centavos).

Debêntures em Circulação

Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de AGD previstos nesta Escritura, todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores e/ou coligadas da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

Debenturistas

Os Debenturistas da 1ª Série e os Debenturistas da 2ª Série, quando referidos em conjunto.

Debenturistas da 1ª Série

Os titulares das Debêntures da 1ª Série.

Debenturistas da 2ª Série

Os titulares das Debêntures da 2ª Série

Dia Útil e Prorrogação de Prazos

Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Prorrogação de Prazos (i) qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional com relação a qualquer pagamento realizado por meio da CETIP, e (ii) qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado, domingo ou feriado declarado, com relação a qualquer pagamento que não seja realizado por meio da CETIP, bem como com relação a outras obrigações previstas nesta Escritura.

Direitos Minerários

Os Direitos Minerários de Boa Esperança e os Direitos Minerários de Vermelhos, quando referidos em conjunto.

Direitos Minerários de Boa Esperança

Os direitos minerários relacionados ao Processo DNPM nº 855.815/1996, de titularidade da Emissora.

Direitos Minerários de Vermelhos

Os direitos minerários relacionados ao Processo DNPM nº 870.347/1984, de titularidade da Emissora, seja nominalmente ou por sucessão (*i.e.*, direitos minerários em nome da sociedade Mineração Vale do Curaçá S.A., incorporada pela Emissora em 16 de setembro de 2014).

Dívidas da Emissora com Outros Bancos

Em conjunto, as seguintes linhas de crédito contratadas pela Emissora e pela Garantidora junto ao Banco Safra S.A., Banco Fibra S.A., Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco Pine S.A.:

Banco	Operação	Saldo Devedor da Operação
-------	----------	---------------------------

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE FUNDADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

Banco do Brasil S.A.	CCB nº 324.902.063, emitida pela Emitente em favor do Banco do Brasil S.A., em 10 de setembro de 2015.	R\$31.403.216,39
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CCB FNE livro 006/2011, emitida pela Emitente em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 25 de fevereiro de 2011.	R\$40.912.775,25
Banco Pine S.A.	CCB 4131 nº LA-35.0016/15, emitida pela Emitente em favor do Banco Pine S.A. em 18 de setembro de 2015.	R\$41.243.000,57
Banco Fibra S.A.	CCB 2770 nº 0314514 e 0019815, emitidas pela Emitente em favor do Banco Fibra S.A. em 16 de dezembro de 2014 e 30 de janeiro de 2015, respectivamente, conforme aditadas em 04 de setembro de 2015.	R\$19.358.136,13
Banco Safra S.A.	CCB nº 005365251, emitida pela Emitente em favor do Banco Safra S.A. em 17 de setembro de 2015.	R\$16.403.663,03

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E REPLETADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

Dívidas Existentes

A totalidade da dívida da Emissora com os Credores, as quais estão listadas no *Term-Sheet* que apresenta os termos indicativos da Reestruturação e que serão repactuadas de acordo com os respectivos Documentos Definitivos.

Dívida Líquida

A soma de todos os exigíveis financeiros de curto e longo prazo da Emissora, ou seja, empréstimos e financiamentos com terceiros e a emissão de títulos ou bônus, conversíveis ou não, no mercado de capitais brasileiro ou internacional, deduzidos de quaisquer disponibilidades ou aplicações financeiras nas contas da Emissora no Brasil ou no exterior (livres, caucionadas ou gravadas por qualquer outra forma), excluindo o efeito decorrente da variação cambial ocorrida no respectivo período de verificação.

Dívidas Reestruturadas

A totalidade da dívida reestruturada da Emissora com os Credores, como resultado da Reestruturação, e conforme evidenciado nos Documentos Definitivos, uma vez em vigor.

DNPM

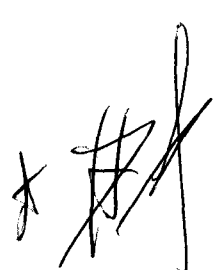
Departamento Nacional de Produção Mineral.

Documentos da Emissão

Esta Escritura, o Contrato de Colocação, os Aditivos aos Instrumentos de Garantia, bem como quaisquer outros instrumentos celebrados no âmbito desta Emissão.

Documentos Definitivos

Todos os documentos celebrados entre os Credores, a Emissora e a Garantidora para formalizar e permitir a operacionalização da Reestruturação, incluindo, mas não se limitando aos Aditivos aos Instrumentos de Garantias,



21 DEZ 16 956440

REGISTRAR INSTRUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

aditivos adicionais aos Instrumentos de Garantia para ajuste das novas dívidas com os demais Credores e outros documentos relacionados à Dívida Reestruturada, conforme listados nos Aditivos aos Instrumentos de Garantia.

EBITDA

O faturamento líquido: menos (a) custo de mercadoria ou serviços incorridos para a produção das vendas, (b) despesas com vendas, gerais ou administrativas, (c) outras despesas operacionais, excetuadas as provisões contábeis para contingências de qualquer natureza; mais (d) depreciação, exaustão, ou amortização, e (e) outras receitas operacionais, ajustado (f) pela variação positiva ou negativa no contas a receber decorrente da variação do preço do cobre na LME, conforme os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e aplicados de forma consistentes com aqueles utilizados na preparação das demonstrações financeiras relativas ao período anterior.

Emissão

A 5ª (quinta) Emissão de Debêntures da Emissora.

Emissora

Mineração Caraíba S.A., acima qualificada.

Empréstimo Conversível

O empréstimo conversível em ações a ser concedido pela ECC à Emissora, no valor de US\$ 11.000.000,00 (onze milhões de dólares norte americanos), sem garantias e remunerado a uma taxa de juros de até 1% ao ano, que será formalizado entre tais partes e desembolsado pela ECC em favor da Emissora em até 10 (dez) dias após a homologação, em juízo, da decisão de extinção da Recuperação Judicial.

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE DEBÊNTURES
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

Encargos Moratórios

Encargos moratórios previstos na Cláusula 5.19 desta Escritura.

Escritura

A presente Escritura Particular da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A.

Escritura da 4ª Emissão

"Escritura Particular da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A.", celebrada em 16 de junho de 2014, entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários conforme aditada em 15 de setembro de 2015.

Escriturador

Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64.

Evento Adverso Relevante

Um evento de mercado, de ordem política, econômica, financeira ou social no Brasil ou internacional, incluindo, mas não se limitando a: (a) o Aumento de Custos; (b) mudanças adversas e relevantes nas condições financeiras, operacionais e patrimoniais da Emissora ou da Garantidora (exceto, no caso da Garantidora, em decorrência



21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE INSTRUMENTOS
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

de uma paralisação das atividades devido ao esgotamento das reservas ou que a exploração das reservas não seja economicamente viável); ou, ainda (c) qualquer evento que (c.i) possa resultar em um efeito adverso relevante nas atividades ou nos negócios da Emissora ou nas condições dos contratos dos financiamentos existentes com os Credores e/ou empresas integrantes do seu grupo econômico, na Dívida Reestruturada e nos seus respectivos Instrumentos de Garantia; ou (c.ii) possa tornar impossível a manutenção da Emissão; desde que o referido evento não possa ser sanado em até um período de 5 (cinco) Dias Úteis após devida e imediata ocorrência e divulgação aos Credores.

Eventos de Vencimento Antecipado

Cada um dos eventos previstos na Cláusula 8.1 desta Escritura.

Fiança

A fiança prestada pela Garantidora em favor da totalidade dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora decorrentes das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.23 desta Escritura, sendo essa garantia vigente até a integral satisfação do Valor Garantido.

FGV

Fundação Getúlio Vargas.

Garantias

As Garantias Reais, os Contratos com Pessoa a Declarar e a Fiança concedida pela Garantidora, quando mencionadas em conjunto.

Garantias Reais

O Penhor Condicional dos Direitos Minerários de



21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E VISTO
PIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

Vermelhos, o Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e da Conta Vinculada e a Alienação Fiduciária de Ações.

Garantia Fidejussória

É a Fiança prestada pela Garantidora, nos termos da Cláusula 5.23 desta Escritura.

Garantidora

A NX Gold S.A., acima qualificada.

Garantias sobre os Direitos Minerários de Vermelhos e Boa Esperança

O Penhor Condicional dos Direitos Minerários e os Contratos com Pessoa a Declarar.

IGP-M

O Índice Geral de Preços do Mercado, calculado pela FGV.

Instrumentos de Garantia

Os Contratos de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e da Conta Vinculada, Contratos com Pessoa a Declarar, o Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos, o Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança.

Instrução CVM nº 28/83

Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.

Instrução CVM nº 358/02

Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E RECEBIDO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Instrução CVM nº 539/13

Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.

Investidores Profissionais

Significam os investidores assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539/13.

Investidores Qualificados

Significam os investidores assim definidos nos termos do artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539/13.

IPCA

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Itaú

O Itaú Brasil e o Itaú Nassau quando mencionados em conjunto.

Itaú Brasil

Itaú Unibanco S.A., na qualidade de credor de parte das Dívidas Existentes.

Itaú Nassau

Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch.

JUCEB

Junta Comercial do Estado da Bahia.

JUCERJA

Junta Comercial do Estado de Rio de Janeiro.

Juros Remuneratórios

Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, quando referidos em conjunto.

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série	das	Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série, conforme estabelecidos na Cláusula 5.13.1 e abaixo.
Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série	das	Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, conforme estabelecida na Cláusula 5.13.2. abaixo.
Lei n.º 6.385/76		Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei n.º 12.846/13		Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações		Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Licenças		Licenças e autorização necessárias para as atividades da Companhia e de suas Controladas.
LME		<i>London Metal Exchange.</i>
MDA		Módulo de Distribuição de Ativos, ambiente de distribuição primária de títulos e valores mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Normas Anticorrupção		Em conjunto, disposições regulatórias que versem sobre atos e crimes contra a administração pública, lavagem de dinheiro e demais normas da legislação penal brasileira, incluindo, sem limitação, a Lei n.º 12.846/13, o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 e a <i>U.S. Foreign Corrupt Practices Act of</i>

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E AUTENTICADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

1977.

Obrigações Financeiras Existentes

A Escritura da 4ª Emissão e a CCB quando referidas em conjunto.

OFAC

Office of Foreign Assets Control of the United States Department of the Treasury.

Oferta Restrita

A distribuição pública das Debêntures nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Oferta de Resgate Antecipado

Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, conforme definida na Cláusula 7.1.4. abaixo.

Opção de Compra

A opção, irrevogável e irretroatável, constituída por meio da presente Escritura de Emissão para compra, pela Emissora, da totalidade das Debêntures da 2ª Série, cujo exercício deverá ocorrer de forma automática pela Emissora uma vez implementada a Condição de Exercício.

Operação de Venda

Qualquer operação de venda dos Direitos Minerários de Boa Esperança, conforme descritos no Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança, ou das ações de emissão da Garantidora, nos termos da Cláusula 7.2 desta Escritura.

Penhor Condicional dos Direitos Minerários

Em conjunto, o Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança e o Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos.

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE DEBILIDADES
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

Penhor Condicional dos Direitos
Minerários de Vermelhos

O penhor de primeiro grau dos direitos minerários de Vermelhos, conforme regulado pelo Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos.

Penhor Condicional dos Direitos
Minerários de Boa Esperança

O penhor de primeiro grau dos direitos minerários de Boa Esperança, conforme regulado pelo Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários Boa Esperança.

Pessoas ou Pessoa

Qualquer pessoa física ou jurídica, sociedade por ações, associação, sociedade limitada, sociedade simples, *trust*, entidade sem personalidade jurídica, fundo de investimento, Autoridades Governamentais ou qualquer outra pessoa com ou sem personalidade jurídica.

Práticas Ilícitas

Prática de crimes contra a Administração Pública, lavagem de dinheiro e condutas previstas na Lei n.º 12.846/13.

Preço de Opção

O valor de R\$ 1,00 (um real) que a Emissora deverá pagar aos titulares das Debêntures da 2ª Série no âmbito da Opção de Compra.

Projeto Boa Esperança

Em conjunto, toda e qualquer atividade da Emissora com vistas à exploração dos Direitos Minerários de Boa Esperança.

Projeto Vermelhos

Em conjunto, toda e qualquer atividade da Emissora com vistas à exploração em mina subterrânea dos Direitos Minerários de Vermelhos.

RCA da Garantidora

Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, que aprovou a outorga da Fiança, a qual deverá ser ratificada pela AGE da Garantidora, nos termos desta Escritura.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E APROFUNDADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Reestruturação

Toda e qualquer medida ou instrumento negociados para viabilizar a formalização e operacionalização da Dívida Reestruturada.

Recuperação Judicial

O pedido de Recuperação Judicial da Emissora e da Garantidora distribuído à Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cível e Empresarial da Comarca de Jaguarari-BA, sob o n.º 8000093-21.2016.8.05.0139, cuja desistência foi aprovada em assembleia geral de credores e homologada em 06 de dezembro de 2016.

Registro Escriturador

A averbação dos Contratos de Alienação Fiduciária de Ações, no agente escriturador de ações da Emissora.

Registro DNPM

O registro do aditivo ao Contrato de Penhor dos Direitos Minerários de Vale do Curaçá no DNPM.

Registros RTD

O efetivo registro dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia perante todos os cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

Resgate Antecipado

Resgate antecipado das Debêntures que poderá ocorrer exclusivamente por meio da Oferta de Regate Antecipado.

Resgate Antecipado Facultativo

Resgate antecipado facultativo das Debêntures, conforme a Cláusula 7.1.3 desta Escritura.

Resgate Antecipado Obrigatório

Resgate antecipado obrigatório das Debêntures, conforme Cláusula 7.2 desta Escritura.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E AUTENTICADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

Santander

Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A, Grand Cayman Branch, quando mencionados em conjunto.

Santander Brasil

Banco Santander (Brasil) S.A.

Santander Cayman

Banco Santander (Brasil) S.A, Grand Cayman Branch

SISBACEN

Sistema de Informações do Banco Central.

SPAs

Os Contratos de Compra e Venda de Ações por meio do qual a ECC adquiriu ações correspondentes a 84,95% (oitenta e quatro inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do capital social da Emissora e a 27,76% (vinte e sete inteiros e setenta e seis centésimos por cento) do capital social da Garantidora, bem como direitos que garantam o controle da gestão da Garantidora pela ECC, detidas pelos Antigos Acionistas, mediante a verificação de determinadas condições precedentes.

Taxa Cambial

Conforme definido na Cláusula 5.12 desta Escritura.

Term-Sheet

O *term-sheet* não vinculante celebrado em 03 de agosto de 2016, regulando os principais termos e condições para a efetivação da Reestruturação.

Valor Garantido

Valor total das obrigações da Emissora sob as Debêntures perante os Debenturistas, que inclui, principalmente, mas não se limita, ao pagamento

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE INSTRUMENTOS DOCUMENTOS
4º OFÍCIO

das Debêntures, abrangendo o Valor Nominal Unitário Atualizado, os Juros Remuneratórios, bem como todos e quaisquer outros pagamentos, presentes ou futuros, devidos pela Emissora no âmbito desta Escritura e dos Instrumentos de Garantia, incluindo o pagamento dos custos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, Encargos Moratórios, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do Agente Fiduciário e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures, desta Escritura e dos Instrumentos de Garantia limitado ao disposto na Cláusula 9.6, item (vii).

Valor Nominal Unitário

É o Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 5.1. desta Escritura.

Valor Nominal Unitário Atualizado

É o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série ou o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, quando referidos, em conjunto ou individualmente, nesta Escritura.

Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, atualizado nos termos da Cláusula 5.12.1. desta Escritura.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E AUTENTICADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

Valor Nominal Unitário Atualizado
das Debêntures da 2ª Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª
Série atualizado nos termos da Cláusula 5.12.2.
desta Escritura.

Valor Total das Debêntures da 1ª
Série

R\$60.960.458,00 (sessenta milhões, novecentos e
sessenta mil e quatrocentos e cinquenta e oito
reais), na Data de Emissão.

Valor Total das Debêntures da 2ª
Série

R\$40.640.306,00 (quarenta milhões, seiscentos e
quarenta mil e trezentos e seis reais), na Data de
Emissão.

Votorantim

Banco Votorantim S.A. e Banco Votorantim S.A.,
Nassau Branch, quando mencionados em conjunto.

Votorantim Brasil

Banco Votorantim S.A.

Votorantim Nassau

Banco Votorantim S.A., Nassau Branch.

2 AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura foi firmada com base na autorização deliberada e/ou a ser
deliberada, conforme o caso, pelos seguintes atos societários:

- (i) AGE realizada em 13 de dezembro de 2016;
- (ii) RCA da Garantidora realizada em 01 de dezembro de 2016; e
- (iii) AGE da Garantidora a ser realizada em 19 de dezembro de 2016

3 DOS REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

- (i) Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária. As atas dos atos
societários indicados na Cláusula 2.1 acima serão levadas para registro na
JUCEB e na JUCERJA, conforme aplicável, observado os seguintes prazos:
(i) a AGE e a AGE da Garantidora serão levadas para registro em até
3 (três) Dias Úteis contados das suas respectivas assinaturas, e (ii) a RCA
da Garantidora será levada para registro em até 12 (doze) Dias Úteis
contados da sua respectiva assinatura, sendo que possíveis exigências
nas respectivas atas deverão ser atendidas tempestivamente pela

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR E ARQUIVAR
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Emissora e posteriormente a AGE deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal "Correio da Bahia" e a RCA da Garantidora e a AGE da Garantidora deverão ser publicadas no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no "Monitor Mercantil", em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora e a Garantidora encaminharão ao Agente Fiduciário cópia eletrônica (PDF) das atas de AGE e RCA que deliberam sobre a Emissão, devidamente arquivadas na JUCEB e na JUCERJA, conforme aplicável, bem como das referidas publicações, tempestivamente após o referido arquivamento e da referida publicação.

- (ii) Arquivamento da Escritura. A Escritura, bem como seus eventuais aditamentos, serão apresentados para registro na JUCEB, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações em até 3 (três) Dias Úteis contados das suas respectivas assinaturas, sendo que possíveis exigências, as quais deverão ser atendidas tempestivamente pela Emissora. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos registrados na JUCEB tempestivamente após a respectiva inscrição.
- (iii) Registro na CVM. A presente Emissão será automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.
- (iv) Registro na ANBIMA. A Oferta Restrita será registrada na ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", exclusivamente para fins de informar a base de dados, condicionado à expedição, até a data do encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA nesse sentido, nos termos do artigo 9º, § 1º, do referido Código.
- (v) Depósito na CETIP. As Debêntures serão depositados para distribuição no mercado primário por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP. As Debêntures serão depositados para negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21, sendo a distribuição e as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- (vi) Constituição das Garantias. Nos termos da Cláusula 5.24 desta Escritura, as Garantias Reais serão devidamente formalizadas por meio dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia, devendo a Emissora realizar: (a) o registro dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia e da Escritura nos cartórios de

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

registro de títulos e documentos competentes, os quais deverão ser submetidos a registro no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado da data de assinatura desta Escritura; e (b) a averbação da Alienação Fiduciária de Ações no livro de registro de ações da Emissora, que deverá ser requerida no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado da data de assinatura desta Escritura. Os comprovantes dos registros a que se refere este item deverão ser entregues ao Agente Fiduciário nos 5 (cinco) Dias Úteis imediatamente seguintes à data do respectivo registro.

3.2 Não obstante o disposto na Cláusula 3.1(v) acima, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM n.º 476/09, as Debêntures somente serão negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de sua subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais e apenas poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, após observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM n.º 476/09, sendo certo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

4 DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora. A Emissora tem por objeto social a exploração e aproveitamento de jazidas minerais, compreendendo a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a comercialização e industrialização de substâncias minerais e seus subprodutos e derivados, podendo estender suas atividades à importação e à exportação de tais substâncias e subprodutos e derivados e à prestação de serviços em atividades correlatas, exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, bem como participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

4.2 Número da Emissão. Esta é a 5ª (quinta) emissão de Debêntures da Emissora.

4.3 Número de Séries. A Emissão será realizada em duas séries.

4.4 Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$101.600.764,00 (cento e um milhões, seiscentos mil e setecentos e sessenta e quatro reais), na Data de Emissão, sendo R\$60.960.458,00 (sessenta milhões, novecentos e sessenta mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais) relativos às Debêntures da 1ª Série e R\$40.640.306,00 (quarenta milhões, seiscentos e quarenta mil e trezentos e seis reais) relativos às Debêntures da 2ª Série.

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

4.5 Quantidade de Debêntures. A emissão será composta por 101.600.764 (cento e uma milhões, seiscentos mil e setecentas e sessenta e quatro) Debêntures, sendo 60.960.458 (sessenta milhões, novecentas e sessenta mil e quatrocentas e cinquenta e oito) Debêntures da 1ª Série e 40.640.306 (quarenta milhões, seiscentas e quarenta mil e trezentas e seis) Debêntures da 2ª Série.

4.6 Escriturador e Banco Liquidante. O Banco Liquidante será o Itaú Unibanco S.A. e o Escriturador será a Itaú Corretora de Valores S.A., acima qualificados.

4.7 Destinação dos Recursos. Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados para repactuação das Obrigações Financeiras Existentes, nos termos da Reestruturação.

4.8 Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, a qual será realizada sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, com intermediação do Coordenador Líder, de acordo com os procedimentos da CETIP, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Colocação e nesta Escritura.

4.9 O público alvo da Oferta Restrita será composto por Investidores Profissionais.

4.10 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09 e no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09.

4.11 Nos termos do artigo 9º-A, V, da Instrução CVM nº 539/13 e do artigo 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM nº 476/09, para fins da Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Profissionais, ainda que se destinem a investidores não profissionais; e (ii) fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para fins dos limites previstos na Cláusula 4.10 acima.

4.12 Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

4.13 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM nº 476/09, a respectiva condição de Investidor Profissional, bem como de que está ciente, entre outros, que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e será ser registrada na ANBIMA, conforme disposto na Cláusula 3.1 (iv) desta Escritura; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável; (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias Reais; e (iv)

21 DEZ 16 956440

REGISTRAL DE APROTELMADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

concorda expressamente com todos os termos e condições desta Escritura e dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia.

5 DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1 Valor Nominal Unitário na Data de Emissão. Na Data de Emissão o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1,00 (um real).

5.2 Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2016.

5.3 Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures da 1ª Série vencerão em 15 de novembro de 2026, e as Debêntures da 2ª Série vencerão em 20 de março de 2027, ressalvadas as liquidações antecipadas decorrentes dos Eventos de Vencimento Antecipado e hipóteses de liquidação antecipada previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.4 Forma e Emissão de Certificados. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

5.5 Comprovação de Titularidade das Debêntures. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.6 Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.7 Espécie. As Debêntures, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real e fidejussória tão logo sejam concluídos um ou mais dos registros a que se refere o item 3.1 (vi) acima.

5.7.1 Após a convolação, as Debêntures passarão a contar, além da garantia fidejussória, conforme descrita na Cláusula 5.23 abaixo, com a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e da Conta Vinculada, o Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos, o Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança e as Alienações Fiduciárias de Ações (em conjunto, "Garantias Reais").

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E AUTENTICADO
PIO DE JANEIRO 14/12/16

5.7.2 A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a imediatamente, após a obtenção dos registros previstos no item 3.1 (vi) acima, celebrar o aditamento a esta Escritura, nos termos do Anexo I, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer outro ato societário da Emissora, para formalizar a convolação da espécie das Debêntures, de quirografária para a espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória. Cabe destacar que o referido aditamento terá o intuito unicamente de formalizar a convolação, não sendo condição precedente para que a convolação aconteça, evento este que será automático.

5.8 Prazo de Subscrição. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, a qual acontecerá em uma única data, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e no parágrafo 2º do artigo 8º da Instrução CVM n.º 476/09.

5.9 Preço de Subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário.

5.10 Integralização e Forma de Pagamento. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato de subscrição, mediante entrega dos créditos das Obrigações Financeiras Existentes de propriedade dos Debenturistas, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP e observadas as condições precedentes estipuladas no Contrato de Colocação.

5.10.1 Não obstante o disposto acima, dado que a quantidade de Debêntures a ser subscrita pelos respectivos Debenturistas deve perfazer um número inteiro, caso os respectivos créditos das Obrigações Financeiras Existentes perfaçam um número fracionário, o número fracionário deverá ser arredondado para o número inteiro imediatamente (i) superior caso a primeira casa decimal seja igual ou superior a 5 (cinco) décimos, e (ii) inferior caso a primeira casa decimal seja inferior a 5 (cinco) décimos, sendo desconsideradas as casas decimais posteriores à primeira, para fins do arredondamento aqui previsto.

5.11 Direito de Preferência. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.12 Atualização Monetária.

5.12.1. Atualização Monetária do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será atualizado, a partir (e inclusive) da Data de Integralização, pelo fator de variação da cotação de fechamento da taxa de venda de dólares dos Estados Unidos da América, disponível no SISBACEN – Sistema de Informações do BACEN, por meio do Sistema PTAX, conforme divulgada na página do BACEN na internet – www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/txcambio, na opção “Cotações e

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Boletins >> Cotações de Fechamento de todas as moedas em uma data", referente a operações realizadas no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo ("Taxa Cambial"), nos termos da fórmula abaixo:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator resultante da variação do dólar dos Estados Unidos da América, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left(\frac{US_n}{US_0} \right)$$

onde:

USn = Valor da taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar dos Estados Unidos da América, divulgada pelo Banco Central, por meio do Sistema PTAX, do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo expresso em reais por dólar dos Estados Unidos da América (R\$/dólar) e informado com 4 (quatro) casas decimais.

US₀ = Valor da taxa de venda do dólar comercial de fechamento, do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Integralização, data de pagamento da amortização ou data de incorporação imediatamente anterior, conforme o caso, informado com 4 (quatro) casas decimais.

5.12.1.1. O produto da atualização monetária agregar-se-á ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, para fins de cálculo do valor de qualquer obrigação pecuniária, inclusive de pagamento das Debêntures da 1ª Série em qualquer data de pagamento ou na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série ou, caso ocorra o resgate, a amortização ou a declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, na data do efetivo pagamento.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

5.12.1.2. Caso na data para fixação da Taxa Cambial referida taxa não for divulgada pelo Banco Central, (a) a Taxa Cambial será aquela divulgada no 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura; ou (b) caso não seja possível apurar a Taxa Cambial, na forma do item (a) anterior, em razão de indisponibilidade temporária, ausência de apuração ou divulgação pelo Banco Central de referida taxa, ou ainda, no caso de sua extinção quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada aquela que for divulgada pelo Banco Central em sua substituição e, na falta desta, o Agente Fiduciário deverá obter a média da cotação da taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América, apurada no Dia Útil imediatamente anterior, para liquidação de operações financeiras em volumes semelhantes ao da liquidação da obrigação pecuniária em questão ou, na falta deste, o Agente Fiduciário deverá obter a média da cotação da taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América junto a 3 (três) bancos brasileiros escolhidos pelo Agente Fiduciário, dentre os seguintes: Banco Bradesco S.A., Banco Safra S.A., Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Santander Brasil S.A.; ou (c) na ausência de apuração e/ou divulgação pelo Banco Central da Taxa Cambial por prazo superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data do evento que der causa à convocação da referida AGD para que os Debenturistas da 1ª Série definam o parâmetro a ser aplicado, o qual deverá conter características semelhantes à Taxa Cambial ora estabelecida. Até a deliberação desse parâmetro, e desde que não ocorra o vencimento de qualquer obrigação pecuniária, para o cálculo do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista na presente Escritura, deverá ser utilizada a última cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de Reais por dólares dos Estados Unidos da América divulgada pelo Banco Central. Sem prejuízo, caso por qualquer motivo, a Taxa Cambial volte a ser divulgada pelo Banco Central, antes da data da AGD mencionada acima, a Taxa Cambial divulgada deverá ser considerada para fins de atualização do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série e a respectiva AGD deverá ser cancelada.

5.12.2. Atualização Monetária do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série. O Valor Total das Debêntures da 2ª Série será atualizado pela variação acumulada do IPCA, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série desde a Data de Integralização até a data de seu efetivo pagamento, nos termos da seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR E CONFESSIONAR
RIO DE JANEIRO - RJ

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série a cada período, se houver), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

C = Fator acumulado das variações mensais do índice utilizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na atualização monetária das Debêntures da 2ª Série, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures da 2ª Série. Após a Data de Aniversário das Debêntures da 2ª Série, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k".

dup = número de Dias Úteis entre Data de Integralização ou a última Data de Aniversário das Debêntures da 2ª Série (conforme definido abaixo) e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice utilizado, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima Data de Aniversário das Debêntures da 2ª Série, sendo "dut" um número inteiro;

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E ARQUIVADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE.

Considera-se "Data de Aniversário das Debêntures da 2ª Série": todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

5.12.2.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo IGP-M. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IGP-M por prazo superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua respectiva divulgação, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação da referida AGD para que os Debenturistas da 2ª Série definam, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, e desde que não ocorra o vencimento de qualquer obrigação pecuniária, para o cálculo do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista na presente Escritura deverá ser utilizada a variação do último IGPM divulgado. Todos os tributos e/ou taxas que incidam sobre os pagamentos feitos pela Emissora aos Debenturistas da 2ª Série, no âmbito desta Escritura, serão suportados pela Emissora, de modo que referidos pagamentos deverão ser acrescidos dos valores correspondentes a quaisquer tributos e/ou taxas que incidam sobre os mesmos. Da mesma forma, caso, por força de lei ou norma regulamentar, a Emissora tenha que reter ou deduzir dos pagamentos feitos aos Debenturistas da 2ª Série quaisquer tributos e/ou taxas e/ou Aumento de Custos, deverão acrescer a tais pagamentos valores adicionais de modo que os Debenturistas da 2ª Série recebam os mesmos valores que seriam recebidos caso nenhuma retenção ou dedução fosse realizada. Sem prejuízo, caso por qualquer motivo, o IPCA volte a ser divulgado, antes da data da AGD mencionada acima, o IPCA divulgado deverá voltar a ser considerado para fins de atualização do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série e a respectiva AGD deverá ser cancelada.

5.13 Juros Remuneratórios.

5.13.1 Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a: (i) taxa fixa de 0% (zero por cento) ao ano, a partir (e inclusive) da

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E AUTENTICADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

Data de Integralização até 15 de maio de 2018 (exclusive), e (ii) taxa fixa de 8,83% (oito inteiros e oitenta e três centésimos por cento) ao ano, a partir (e inclusive) de 15 de maio de 2018 até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série (exclusive), ambos calculados de forma linear por dias corridos, incluindo sábados, domingos e feriados declarados nacionais, decorridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) Dias Corridos, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times \text{FatorJuros}$$

onde,

J = valor dos juros remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série de acordo com as disposições da Cláusula 5.12.1 acima, com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = \frac{\text{taxa}}{100} \times \frac{n}{360}$$

onde,

taxa = 0,0000 (zero) ou 8,8300 (oito inteiros e oitenta e três), conforme estabelecido no *caput* da Cláusula 5.13.1 acima; e

n = número de dias corridos entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

5.13.2 Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série: As Debêntures da 2ª Série não farão jus a juros remuneratórios.

5.14 Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série serão pagos mensalmente, a partir (e inclusive) de 15 de junho de 2018, e os demais no dia 15 (quinze) dos meses subsequentes, devendo o último pagamento ocorrer na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série (ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado ou o vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, conforme previsto nesta Escritura, se for o caso).

5.14.1 Todos os tributos e/ou taxas que incidam sobre os pagamentos feitos pela Emissora aos Debenturistas da 1ª Série, no âmbito desta Escritura, serão suportados

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E FILMADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

pela Emissora e/ou Aumento de Custos, de modo que referidos pagamentos deverão ser ressarcidos dos valores correspondentes a quaisquer tributos e/ou taxas que incidam sobre os mesmos, sendo este ressarcimento realizado, caso ocorra, será fora do âmbito da CETIP. Da mesma forma, caso, por força de lei ou norma regulamentar, a Emissora tenha que reter ou deduzir dos pagamentos feitos aos Debenturistas da 1ª Série quaisquer tributos e/ou taxas, deverão ser ressarcidos de tais pagamentos valores adicionais de modo que os Debenturistas da 1ª Série recebam os mesmos valores que seriam recebidos caso nenhuma retenção ou dedução fosse realizada.

5.15 Amortização.

5.15.1. Amortização das Debêntures da 1ª Série. Observado o disposto na Cláusula 5.15.1.1 abaixo, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 91 (noventa e uma) parcelas mensais e consecutivas, a partir (e inclusive) de 15 de maio de 2019 até a Data de Vencimento da 1ª Série, conforme Anexo II desta Escritura de Emissão.

5.15.1.1. Caso a produção comercial do Projeto Vermelhos tenha início antes de 15 de maio de 2019, a Emissora iniciará o pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado na primeira das seguintes datas (i) no dia 15 do segundo mês após o início da produção comercial do Projeto Vermelhos, sendo que se referida data for anterior à 15 de junho de 2018, o dia 15 de junho de 2018 será considerado a primeira data de pagamento da amortização, ou (ii) efetivamente 15 de maio de 2019 ("Antecipação de Vermelhos"). Em tal hipótese, o Agente Fiduciário convocará assembleia geral de Debenturistas, para que seja fornecida, de comum acordo com a Emissora, nova tabela de amortização, devendo aditar a presente Escritura até 5 (cinco) Dias Úteis contados da deliberação na referida assembleia, observado que (a) à exceção do pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado alterado em função do início da produção comercial do Projeto Vermelhos, não haverá alteração de cronograma de pagamento em relação à amortização das Debêntures da 1ª Série; e (b) a Data de Vencimento da 1ª Série permanecerá inalterada.

5.15.1.2. As Partes concordam que o início da produção comercial do Projeto Vermelhos será caracterizado pelo recolhimento da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) relativo a tal projeto. Para permitir a comprovação pelo Agente Fiduciário, como representante dos Debenturistas, da data de início da produção comercial do Projeto Vermelhos, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, mensalmente, a partir de 15 de junho de 2018, caso a produção comercial do Projeto Vermelhos tenha iniciado, até o dia 5 de cada mês, cópia da(s) guia(s) referente(s) a recolhimento da CFEM do Projeto Vermelhos. O Agente Fiduciário, por sua vez, dará ciência acerca de tal recebimento aos Debenturistas.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E RECONHECIDO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

5.15.1.2.1. Adicionalmente, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, mensalmente, a partir de 15 de junho de 2018, até o dia 5 de cada mês, cópia da(s) guia(s) referente(s) a recolhimento da CFEM de todas as minas em operação. O Agente Fiduciário, por vez, dará ciência acerca de tal recebimento aos Debenturistas.

5.15.1.2.2. As Partes encontram-se cientes e de acordo que o envio de cópia da(s) guia(s) referente(s) a recolhimento da CFEM mencionadas nas Cláusulas 5.15.1.2 e 5.15.1.2.1 acima pelo Agente Fiduciário possuirá caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade deste, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo.

5.15.1.2.3. O Agente Fiduciário deverá enviar as respectivas guias recebidas da Emissora, conforme mencionados na Cláusula 5.15.1.2.2 acima, aos Debenturistas, nos endereços previstos na declaração prestada pelo Investidor Profissional na Cláusula 4.13 acima.

5.15.1.2.4. A Emissora deverá enviar a declaração prestada pelo Investidor Profissional, conforme mencionada nas Cláusulas 4.13 e 5.15.1.2.3 acima, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da celebração da respectiva declaração

5.15.2. Amortização das Debêntures da 2ª Série. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento da 2ª Série.

5.16 Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.17 Local de Pagamento e Imunidade Tributária. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Escriturador.

5.17.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Escriturador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Serão de responsabilidade do Escriturador a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma,

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E HOMOLOGADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

5.18 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação para (i) qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional, com relação a qualquer pagamento realizado por meio da CETIP, e (ii) qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional, com relação a qualquer pagamento que não seja realizado por meio da CETIP, bem como com relação a outras obrigações previstas nesta Escritura.

5.19 Encargos Moratórios. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios devidos, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto na Cláusula 5.17 acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa moratória, não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança. Em caso de descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária no âmbito desta Escritura, a Emissora pagará em até 5 (cinco) dias úteis da data em que a Emissora der ciência do referido inadimplemento ao Agente Fiduciário (ou a data em que este tiver tomado ciência e notificado a Emissora) multa moratória não compensatória de 2% sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado não amortizado.

5.20 Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.18 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos e os Juros Remuneratórios, quando devidos, até a data do respectivo vencimento.

5.21 Publicidade. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado da Bahia, na forma de "Aviso aos Debenturistas" e quando exigido pela legislação, no jornal "Correio da Bahia", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM n.º 476/09 em relação à publicidade da oferta pública com esforços restritos de colocação das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E AUTENTICADO
 RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo. A publicação do referido "Aviso aos Debenturistas" poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário.

5.22 Aditamento à Presente Escritura. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pelas Partes e serão posteriormente levados a registro na JUCEB e nos Cartórios de Títulos e Documentos, conforme indicados na Cláusula 5.23.4 abaixo, em até 3 (três) Dias Úteis contados da sua respectiva celebração, devendo o registro ocorrer dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, exceto se os documentos sofrerem exigências, as quais deverão ser atendidas tempestivamente pela Emissora. Adicionalmente, quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser levados a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e da Garantidora, de acordo com o quanto previsto na cláusula 5.23.4. abaixo, em até 3 (três) Dias Úteis contados da sua respectiva celebração, devendo o registro ocorrer dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, exceto se os documentos sofrerem exigências, as quais deverão ser atendidas tempestivamente pela Emissora.

5.23 Garantia Fidejussória. Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, da Emissora sob as Debêntures e os Aditivos aos Instrumentos de Garantia, a Garantidora presta Fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura e Aditivos aos Instrumentos de Garantia, conforme os termos e condições abaixo delineados.

5.23.1 A Garantidora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, de forma solidária, do Valor Garantido, desde a Data de Emissão até a data de verificação do pagamento integral do Valor Garantido.

5.23.2 O Valor Garantido será pago pela Garantidora, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir o Valor Garantido diretamente da Garantidora, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Garantidora, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures, resguardado o direito de regresso da Garantidora e observado o disposto abaixo. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

5.23.3 A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838, e 839, todos do Código Civil e nos artigos 130 e 794 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.23.4 Em virtude da Fiança prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura deverá ser apresentada para registro no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e da Garantidora, em até 3 (três) dias corridos contados da data de assinatura da Escritura (havendo motivo de força maior devidamente justificado, novos, iguais e sucessivos prazos serão concedidos até que o impedimento esteja eliminado). Após o registro da Escritura, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura ao Agente Fiduciário, tempestivamente após seu respectivo registro.

5.23.5 O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes para, em nome da Emissora, promover o registro da Fiança, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos do artigo 62, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. A eventual realização dos registros pelo Agente Fiduciário não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, nos termos da presente Escritura.

5.23.6 A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto da presente Cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, observado o disposto na Cláusula 5.23.7 abaixo.

5.23.7 A Garantidora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

5.23.8 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.23.9 A Garantidora concorda e obriga-se a, caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiverem honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E AUTENTADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

5.23.10 Todo e qualquer pagamento realizado pela Garantidora em relação à Fiança ora prestada será efetuado de modo que os Debenturistas recebam da Garantidora os valores que seriam pagos caso o pagamento fosse efetuado pela própria Emissora.

5.23.11 Todos e quaisquer pagamentos realizados pela Garantidora em decorrência da Fiança serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo a Garantidora pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais valores não fossem devidos. Tal previsão inclui quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já mencionados existentes.

5.23.12 A presente Fiança entra em vigor na data de assinatura desta Escritura e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, apenas com o pagamento integral do Valor Garantido.

5.23.13 As obrigações da Garantidora aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

5.23.14 A presente Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em todos os seus termos, mesmo em caso de aditamentos, alterações e/ou modificações das condições firmadas nas Debêntures, na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta Restrita, desde a Data de Emissão até o pagamento integral das Debêntures.

5.23.15 Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança aqui prevista, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E HOMOLOGADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

5.23.16A Fiança poderá ser excutada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

5.23.17 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, a perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.

5.24 Garantias Reais. As Debêntures contarão, ainda, após a convocação referida no item 5.7 acima, com as garantias reais descritas nesta Cláusula, formalizadas por meio dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia, observados os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias.

5.24.1 Os Credores e os Debenturistas compartilharão as Garantias, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias, a partir da data de assinatura desta Escritura até a Data de Vencimento das Debêntures.

5.24.2 Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e da Conta Vinculada. A Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e da Conta Vinculada constitui-se da cessão fiduciária (a) de 100% (cem por cento) dos direitos creditórios provenientes do Contrato de Fornecimento de Cobre; e (b) dos direitos creditórios provenientes da Conta Vinculada.

5.24.3 Garantias sobre os Direitos Minerários de Vermelhos e de Boa Esperança. Estas garantias sobre os direitos minerários de vermelhos e de boa esperança constituem-se de (a) dois contratos com pessoa a declarar referentes, respectivamente, à transferência condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos e dos Direitos Minerários de Boa Esperança, os quais foram celebrados juntamente com (b) (b.i) um Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos, por meio do qual a Emissora empenha em primeiro grau os Direitos Minerários de Vermelhos em favor dos Credores, cuja eficácia estará condicionada à emissão da portaria de lavra dos Direitos Minerários de Vermelhos; e (b.ii) Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança, por meio do qual a Emissora empenha em primeiro grau os Direitos Minerários de Boa Esperança em favor dos Credores, cuja eficácia estará condicionada à emissão da portaria de lavra dos Direitos Minerários de Boa Esperança e a devida averbação do referido Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança perante o DNPM. Os respectivos Contratos com Pessoa a Declarar serão resolvidos e extintos, de pleno direito, mediante a averbação, no DNPM, do instrumento que formaliza o Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos e do instrumento que formaliza o Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança, o que se dará após a publicação da Portaria de Lavra dos Direitos Minerários de Vermelhos e dos Direitos Minerários de Boa Esperança, respectivamente.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E AVERBADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

5.24.4 Alienação Fiduciária de Ações. A Alienação Fiduciária de Ações constitui-se da alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Emissora detidas pela Acionista, que representam, nesta data, 84,95% (oitenta e quatro inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do capital social da Emissora.

5.24.5 Os Instrumentos de Garantia, que atualmente garantem as Obrigações Financeiras Existentes, já estão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades indicadas nos Instrumentos de Garantia, e os Aditivos aos Instrumentos de Garantia que refletirão os novos termos e condições das Dívidas Reestruturadas, inclusive das Debêntures, serão averbados na margem dos registros realizados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades indicadas nos Instrumentos de Garantia. Após o registro dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário as vias originais registradas em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do registro.

5.24.6 As Garantias Reais mencionadas na Cláusula 5.24.2 a 5.24.5 acima são e permanecerão compartilhadas em igualdade de condições entre todos os Credores, na proporção do crédito detido por cada um, e, portanto, estarão sujeitas, aos termos e condições do Contrato de Compartilhamento de Garantias.

5.24.7 O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretroatável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover o registro das Garantias Reais, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, conforme previsto nos Instrumentos de Garantia. A eventual realização dos registros pelo Agente Fiduciário não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, nos termos da presente Escritura.

5.24.8 Não haverá benefício de ordem na excussão das Garantias Reais com relação às demais Garantias, sendo que caso qualquer das Garantias Reais seja excutida, tal excussão não prejudicará, sob hipótese alguma, a excussão das demais Garantias.

6 OPÇÃO DE COMPRA

6.1.1 Opção de Compra: Fica outorgada neste ato exclusivamente à Emissora a opção de adquirir a totalidade das Debêntures da 2ª Série de titularidade dos Debenturistas, estando os Debenturistas, por sua vez, obrigados a, na hipótese de exercício da Opção de Compra pela Emissora, vender e entregar a esta a totalidade das Debêntures da 2ª Série, observados os termos e condições a seguir.

6.1.2 O exercício da Opção de Compra pela Emissora fica condicionado à verificação inequívoca da Condição de Exercício pelo Agente Fiduciário, conforme definida no item 6.1.3. abaixo. Uma vez verificada a implementação da Condição de Exercício, a Opção

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO EM OFÍCIO
RIO DE JANEIRO/CAPITAL-RJ

de Compra será considerada automaticamente exercida pela Emissora, na data de sua verificação, independentemente de comunicação, conhecimento ou notificação de qualquer natureza.

6.1.3 Para os fins desta Escritura, condição de exercício ("Condição de Exercício") significa cumulativamente: (i) a pontual, efetiva, integral e irrevogável quitação, observado o Prazo de Carência da Opção estabelecido na cláusula 6.1.3.1 abaixo, de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora sob as Debêntures da 1ª Série perante seus respectivos titulares, o que inclui, mas não se limita, à sua integral amortização e ao pagamento da atualização monetária, remuneração, custos, comissões, encargos e despesas da Emissão, além de Encargos Moratórios, multas, indenizações, penalidades, despesas, custas, honorários, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração de todos os prestadores de serviço contratados para a Emissão e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido por estes e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures da 1ª Série e desta Escritura de Emissão e (ii) a não ocorrência, a qualquer tempo, de qualquer dos eventos de vencimento antecipado aplicáveis às Debêntures da 2ª Série, conforme verificado pelo Agente Fiduciário e, bem como, na declaração em apartada enviada pela Emissora.

6.1.3.1. Será considerada como quitação pontual das obrigações integrantes da Condição de Exercício o recebimento efetivo, pelos titulares de Debêntures da 1ª Série, de recursos imediatamente disponíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, suficientes para a quitação integral de referidas obrigações, nas datas originalmente aprazadas nesta Escritura para tanto ou em quaisquer datas anteriores a estas nas hipóteses ora previstas, inclusive em caso de vencimento antecipado, nos termos da cláusula 8, abaixo e demais disposições da presente Escritura. Não obstante o acima previsto, fica desde já estabelecido que o cumprimento de quaisquer das obrigações retro referidas em um prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados de seu respectivo vencimento ("Prazo de Carência da Opção") não importará na extinção da Opção de Compra, nos termos estabelecidos pela cláusula 6.1.3.2. abaixo. O Prazo de Carência da Opção é estabelecido exclusivamente com relação à Opção de Compra, não afetando o vencimento, eficácia ou exigibilidade das obrigações da Emissora sob esta Escritura e demais documentos correlatos.

6.1.3.2. A ocorrência de qualquer um dos eventos de vencimento antecipado aplicáveis às Debêntures da 2ª série ou o descumprimento integral ou parcial, em qualquer parte ou proporção, por qualquer motivo e sob qualquer alegação, ainda que amparado em

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E AUTENTICADO
PIO DE JANEIRO CAPITAL - RJ

medida judicial, administrativa ou equivalente, de qualquer das obrigações integrantes da Condição de Exercício conforme indicadas pelo item 6.1.3., desde que não sanado durante o Prazo de Carência da Opção, acarretará a automática, integral e irrevogável extinção da Opção de Compra outorgada nos termos desta Escritura, ficando os Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª série exonerados *ipso facto* de qualquer obrigação decorrente da Opção de Compra, independentemente de comunicação ou notificação de qualquer natureza, ficando desde já esclarecido que o eventual pagamento de quaisquer valores inadimplidos após o decurso do Prazo de Carência da Opção não restituirá a Opção de Compra nem qualquer direito dela decorrente.

6.1.4 As Debêntures da 2ª Série serão transferidas pelos Debenturistas à Emissora em até 5 (cinco) dias corridos contados da data de verificação da Condição de Exercício pelo Agente Fiduciário, quando a Emissora deverá pagar aos titulares de Debêntures da 2ª Série, pela totalidade das Debêntures da 2ª série, o valor total de R\$ 1,00 (um real), que será pago em moeda corrente nacional e em uma única parcela ("Preço de Exercício da Opção").

6.1.5 Em sendo exercida a Opção de Compra, as Debêntures da 2ª Série serão transferidas com todos os direitos, riscos, ônus e obrigações a elas inerentes, que passarão a pertencer à Emissora após sua efetiva transferência, exceto em relação às Garantias. Uma vez implementada a transferência das Debêntures da 2ª Série para a Emissora, estas serão automaticamente excluídas, para todos os fins de direito, da definição de "Obrigações Garantidas" indicada em cada um dos Instrumentos de Garantia.

6.1.6 Observado que as Debêntures da 2ª Série serão custodiadas eletronicamente na CETIP, para o exercício da Opção de Compra os Debenturistas da 2ª Série e a Emissora deverão realizar todos os procedimentos e operações necessárias junto a CETIP para efetivar a referida Opção de Compra, sob pena de não efetivarem a Opção de Compra dentro do ambiente CETIP, situação na qual os procedimentos e operações para a Opção de Compra deverão ser realizados fora da CETIP.

6.1.7 Em caso de exercício da Opção de Compra nas condições ora acordadas, as Debêntures da 2ª Série deverão ser canceladas imediatamente após sua transferência à Emissora, observada a regulamentação em vigor.

6.1.8 A Emissora não poderá ceder ou transferir quaisquer dos seus direitos ou obrigações no âmbito da Opção de Compra, salvo se houver o prévio consentimento por escrito dos Debenturistas da 2ª Série, sendo que os direitos e obrigações relacionados a Opção de Compra são parte integrante e inseparáveis das Debêntures da 2ª Série.

6.1.9 As partes da presente Escritura declaram e reconhecem desde já, irrevogável e irretratavelmente, que: (i) a existência da Opção de Compra não implica em qualquer

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E ARQUIVADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

limitação, revogação expressa ou tácita, ou prejuízo à validade, eficácia e exequibilidade das obrigações previstas pelas Debêntures da 2ª Série, ressalvada a hipótese de seu cancelamento mediante exercício da Opção de Compra nos termos da cláusula 6.1.7.; e (ii) a eventual extinção da Opção de Compra implicará na continuidade da vigência, validade, eficácia e exequibilidade das Debêntures da 2ª Série de acordo com todos os termos e condições previstas nesta Escritura.

7 DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, DA OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO, DO RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO, DA AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA PARCIAL OBRIGATÓRIA E DA OPERAÇÃO DE VENDA.

7.1 Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado as Debêntures, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, observado que as Debêntures da 2ª Série somente poderão ser adquiridas após a Aquisição Facultativa das Debêntures da 1ª Série. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures.

7.1.2. Amortização Extraordinária Facultativa. As Debêntures não estarão sujeitas à Amortização Extraordinária Facultativa pela Emissora.

7.1.3. Resgate Antecipado Facultativo. As Debêntures não estarão sujeitas à resgate antecipado facultativo de parte ou da totalidade das Debêntures.

7.1.4. Oferta de Resgate Antecipado. A Emissora poderá realizar oferta de Resgate Antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures, de acordo com os termos e condições previstos abaixo, observado que primeiro deverá haver, necessariamente, oferta para o Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação por escrito e individual aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, ou através de publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da Cláusula 5.21 acima, em qualquer caso com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data pretendida para o referido resgate, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se o Resgate Antecipado será total ou

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE DEBÊNTURAS
RIO DE JANEIRO CAPITAL - RJ

parcial, sendo que no caso de Resgate Antecipado parcial deverá ser efetuado via sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, caso haja manifestação de Debenturistas em montante superior ao ofertado pela Emissora, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações; (b) a quantidade das Debêntures a serem resgatadas, no caso de Resgate Antecipado parcial; (c) menção ao valor estimado a ser pago aos Debenturistas, conforme item (iv) abaixo e de eventual prêmio, ofertado à critério da Emissora; (d) prazo de manifestação à Emissora dos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para operacionalização do Resgate Antecipado;

- (ii) após a publicação da comunicação da Emissora acerca da Oferta de Resgate Antecipado, nos termos do item (i) acima, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão ser manifestar nesse sentido a Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido na respectiva comunicação. Após esse prazo para a adesão, Emissora terá 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, nos termos e condições estabelecidos na presente cláusula 7.2., sendo certo que todas as Debêntures serão resgatadas em uma única data.
- (iii) a Emissora deverá comunicar ao Escriturador e à CETIP, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, sobre a realização do Resgate Antecipado com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data de realização dos eventos mencionados anteriormente; e
- (iv) o valor a ser resgatado será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado ou ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios, quando devidos, incidente *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios, imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate; e (iii) eventuais encargos devidos e não pagos até a data do resgate.

7.2 Caso realize a venda dos Direitos Minerários de Boa Esperança, conforme descritos no Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança, ou das ações de emissão da Garantidora ("**Operação de Venda**"), a Emissora, a Garantidora e a Acionista ficam obrigadas a utilizar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos obtidos com a Operação de Venda, líquidos de comissões e tributos

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

não compensados pela Emissora, pela Garantidora e pela Acionista, conforme aplicável, para liquidar, total ou parcialmente, e de forma antecipada as Dívidas Reestruturadas com os Credores, inclusive para Resgate Antecipado Obrigatório, total ou parcial, ou Amortização Antecipada Parcial Obrigatória das Debêntures. Sem prejuízo do ora disposto, a Operação de Venda dependerá de anuência prévia dos Credores, em caso de venda para partes relacionadas da Emissora, da Garantidora ou do Acionista. A data do resgate ou amortização aqui previstos deverá ser informada por escrito e individualmente aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, ou através de publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da Cláusula 5.21 acima, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data pretendida para o referido resgate ou amortização, devendo coincidir necessariamente com uma data de pagamento de Juros Remuneratórios ou amortização das Debêntures. A Emissora deverá comunicar ao Escriturador e à CETIP, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, sobre a realização do resgate ou amortização nos termos desta Cláusula com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data de realização do referido resgate ou amortização.

7.2.1 O valor equivalente aos 50% (cinquenta por cento) remanescentes dos recursos provenientes da Operação de Venda poderá ser livremente utilizado pela Emissora.

7.2.2 O valor a ser pago a cada um dos Credores das Dívidas Reestruturadas nas hipóteses da Cláusulas 7.3 acima será proporcional à participação do crédito de cada Credor ao total da Dívida Reestruturada.

7.3 O pagamento das Debêntures resgatadas ou amortizadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Antecipada Parcial Obrigatória será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Escriturador, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

7.4 Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Obrigatório deverá seguir os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

7.5 As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Obrigatório deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

7.6 O valor a ser pago pela Emissora na ocorrência de Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Antecipada Parcial Obrigatória será equivalente ao percentual, ou totalidade, conforme o caso, do Valor Nominal Unitário Atualizado das

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE JÚROS, EMADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

Debêntures, acrescido, quando devidos, dos Juros Remuneratórios, calculados desde a Data de Integralização ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate e eventuais encargos devidos e não pagos até a data do resgate.

8 VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1 O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, observado os procedimentos previstos nas Cláusulas abaixo, todas as obrigações da Emissora, referentes às Debêntures da 1ª Série e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série, acrescido dos Juros Remuneratórios até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) se a Emissora e/ou a Garantidora deixar de cumprir com qualquer obrigação pecuniária no âmbito desta Escritura, inclusive deixar de pagar, qualquer parcela de principal, juros e/ou quaisquer outros valores devidos por força desta Escritura, por prazo superior a 3 (três) Dias Úteis da notificação do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, comunicando o inadimplemento;
- (ii) se a Emissora e/ou a Garantidora deixar de cumprir quaisquer obrigações não pecuniárias assumidas nesta Escritura, nos Instrumentos de Garantia e/ou nos Aditivos aos Instrumentos de Garantia, não sanadas em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da notificação do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, comunicando o inadimplemento, ou prazo de cura superior a ser aprovado pelos Debenturistas em sede de AGD, caso 5 (cinco) Dias Úteis sejam insuficientes para cumprimento da obrigação inadimplida;
- (iii) se a Acionista deixar de cumprir quaisquer obrigações não pecuniárias assumidas na Alienação Fiduciária de Ações, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do descumprimento;
- (iv) se a Emissora e/ou a Garantidora inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de contratos financeiros e/ou não financeiros firmados com os Debenturistas, e/ou qualquer sociedade, pertencente ao grupo econômico dos Debenturistas, inclusive no exterior, e tal inadimplemento não for

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
59 DEZ/10

sanado no prazo de cura estabelecido nos respectivos contratos ou em 3 (três) Dias Úteis da notificação do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, comunicando o inadimplemento, o que for maior;

- (v) se a Emissora e/ou a Garantidora inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de contratos financeiros, empréstimos ou descontos celebrados com terceiros, inclusive no exterior, em montante individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ressalvados os períodos de cura previstos nos aludidos instrumentos, e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documentos, inclusive no exterior;
- (vi) se a Emissora e/ou a Garantidora inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de contratos não financeiros celebrados com terceiros, inclusive no exterior, em montante individual ou agregado, superior a R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), ressalvados (a) os períodos de cura previstos nos aludidos instrumentos, ou em 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento, o que for maior, (b) eventual discussão judicial sobre o eventual inadimplemento e que suspenda os efeitos da cobrança do débito; e/ou (c) se ocorrer acordo para rescisão dos respectivos documentos, inclusive no exterior;
- (vii) se qualquer declaração, garantia ou informação constante nesta Escritura, nos Instrumentos de Garantia ou nos Aditivos aos Instrumentos de Garantia, conforme aplicável for enganosa, omissa, falsa ou materialmente incorreta ou imprecisa, na data de sua emissão;
- (viii) se for verificado o vencimento antecipado de quaisquer das demais Dívidas Reestruturadas, a partir da data de assinatura desta Escritura;
- (ix) se a Emissora e/ou a Garantidora vier a sofrer protesto de títulos em montante individual ou agregado, superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento do referido protesto seja validamente comprovado ao Agente Fiduciário, que: (a) o protesto foi cancelado, sustado ou seus efeitos foram suspensos; (b) foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (c) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- (x) se a Emissora e/ou a Garantidora sofrer penhora ou arresto de bens que possa comprometer a capacidade de pagamento das obrigações oriundas desta Escritura ou dos Instrumentos de Garantia, exceto se a Emissora

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

- e/ou a Garantidora comprovar em até 15 (quinze) dias corridos da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial, administrativa ou arbitral suspendendo a respectiva medida;
- (xi) se a Emissora e/ou a Garantidora sofrer qualquer medida judicial ou extrajudicial que possa afetar sua capacidade de honrar as obrigações assumidas nesta Escritura ou nos Instrumentos de Garantia, exceto se a Emissora e/ou a Garantidora comprovar em até 15 (quinze) dias corridos da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial, administrativa ou arbitral com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;
 - (xii) na ocorrência de (a) liquidação, dissolução ou deferimento ou decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora; (b) pedido de autofalência da Emissora e/ou da Garantidora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora que não seja contestado ou elidido por depósito elisivo no prazo legal; (d) ajuizamento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) ingresso pela Emissora e/ou pela Garantidora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
 - (xiii) caso a Acionista tenha decretada sua falência ou seja dissolvida ou ingresse em juízo com requerimento de autofalência ou recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
 - (xiv) se a Emissora e/ou a Garantidora sofrer(em) execução de qualquer natureza em valor individual superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) ou em valor agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se (a) for comprovada ao Agente Fiduciário, que foi fornecida garantia ao juízo pela Emissora, pela Garantidora, pela Acionista ou por terceiros; ou (b) seja concedida qualquer decisão que suspenda sua exigibilidade, enquanto tal exceção de garantia do juízo ou suspensão de exigibilidade esteja em pleno efeito e vigor;
 - (xv) caso a Emissora e/ou a Garantidora concedam a quaisquer outros credores, sejam ou não os Credores, garantias em condições mais favoráveis do que aquelas constituídas em favor dos Debenturistas;

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E MODIFICADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

- (xvi) se a Escritura ou qualquer dos documentos a ela relacionados perder ou tiver diminuída a sua validade, exequibilidade e/ou eficácia, ou se a Emissora e a Garantidora questionar a validade da Escritura ou dos Documentos Definitivos;
- (xvii) na hipótese de resolução ou resilição do Contrato de Fornecimento de Cobre por iniciativa da Emissora, exceto se previamente a ocorrência do referido evento a Emissora tiver apresentado aos Debenturistas, garantia satisfatória e hábil, a critério dos Debenturistas, para substituir a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Paranapanema, devendo a nova garantia estar devidamente constituída e formalizada, previamente ao evento de resolução ou resilição do Contrato de Fornecimento de Cobre;
- (xviii) na hipótese de resolução ou resilição do Contrato de Fornecimento de Cobre pela Paranapanema, exceto se no prazo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido evento, a Emissora tiver apresentado aos Debenturistas, garantia satisfatória e hábil, a critério dos Debenturistas, para substituir a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Paranapanema, devendo a nova garantia estar devidamente constituída e formalizada neste prazo;
- (xix) se as Garantias oferecidas ao fiel cumprimento das obrigações aqui assumidas perderem e/ou tiverem diminuído seu valor e/ou eficácia, e a Emissora não a substituir ou reforçar por outra(s) igualmente aceitável(is) pelos Debenturistas a seu exclusivo critério, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da solicitação do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, neste sentido, e desde que tenha sido obtido pelo Agente Fiduciário a deliberação dos Debenturistas no referido prazo;
- (xx) se ocorrer decisão judicial transitada em julgado declarando a invalidade de qualquer dos Instrumentos de Garantia, dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia, das Garantias ou de novas garantias concedidas ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e a Emissora não a substituir ou reforçar por outra(s) igualmente aceitável (is) pelos Debenturistas a seu exclusivo critério, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da solicitação do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, neste sentido e desde que tenha sido obtido pelo Agente Fiduciário a deliberação dos Debenturistas no referido prazo;



21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E CONFIRMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (xxi) se qualquer Autoridade Governamental condenar, confiscar, intervir ou compulsoriamente comprar ou expropriar a totalidade ou parte significativa dos bens ou receitas da Emissora e/ou da Garantidora, exceto se a Emissora e/ou a Garantidora, em até 15 (quinze) dias corridos da determinação da respectiva medida, comprovar ter obtido decisão judicial, administrativa ou arbitral suspendendo a respectiva medida;
- (xxii) se ocorrer qualquer alteração no quadro de acionistas da Emissora e/ou da Garantidora, sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas, exceto (a) transferências de ações realizadas por acionistas que não seja a Acionista até o limite de 15% (quinze por cento) do capital social da Emissora ou da Garantidora; e (b) se decorrente de aumento de capital, desde que (I) realizado exclusivamente pela Acionista e (II) não importe em alteração de Controle, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Garantidora, sendo que os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, deverão se manifestar em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação da Emissora e/ou Garantidora neste sentido e desde que tenha sido obtido pelo Agente Fiduciário a deliberação dos Debenturistas no referido prazo;
- (xxiii) se ocorrer incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão (incluindo *drop down* de ativos) da Emissora e/ou da Garantidora, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, que deverá se manifestar em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação da Emissora e/ou Garantidora neste sentido, e desde que tenha sido obtido pelo Agente Fiduciário a deliberação dos Debenturistas no referido prazo;
- (xxiv) se ocorrer mudança, transferência ou cessão do Controle societário/acionário da Emissora e/ou da Garantidora, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, que deverá se manifestar em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação da Emissora e/ou Garantidora neste sentido, e desde que tenha sido obtido pelo Agente Fiduciário a deliberação dos Debenturistas no referido prazo;
- (xxv) se ocorrer alienação ou transferência, direta ou indireta, de qualquer sociedade sob o Controle da Garantidora e/ou da Emissora, sem o prévio e expresse consentimento dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, que deverá se manifestar em até 5(cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação da Emissora e/ou Garantidora neste

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO EM PORCELANADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

sentido, e desde que tenha sido obtido pelo Agente Fiduciário a deliberação dos Debenturistas no referido prazo;

- (xxvi) se ocorrer mudança ou alteração do objeto social da Emissora e/ou da Garantidora, de forma a alterar suas atuais atividades principais, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios significativos em relação às atividades atualmente desenvolvidas ou, ainda, que possam comprovadamente impactar na capacidade de cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
- (xxvii) se ocorrer a transferência a terceiros dos direitos e obrigações da Emissora e/ou da Garantidora previstos neste instrumento e nos demais documentos a ele relacionados, sem a concordância dos Debenturistas em sede de AGD, representados pelo Agente Fiduciário, que deverão se manifestar em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação da Emissora e/ou Garantidora neste sentido e desde que tenha sido obtido pelo Agente Fiduciário a deliberação dos Debenturistas no referido prazo;
- (xxviii) se a Emissora e/ou a Garantidora, por qualquer forma, vierem a transferir quaisquer ativos de sua respectiva titularidade, salvo no que se refere à alienação dos Direitos Minerários de Boa Esperança ou novos direitos minerários que sejam obtidos pela Emissora e/ou pela Garantidora, à alienação da Garantidora e outros ativos (em qualquer hipótese, desde que já não tenham sido constituídas em garantia aos Debenturistas), no valor, individual ou agregado, de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ficando desde já acertado entre as Partes que não serão destinados recursos financeiros da Emissora para o desenvolvimento desses novos direitos minerários, observado, contudo, que a Emissora poderá associar-se a terceiros para o desenvolvimento de novos direitos minerários;
- (xxix) caso a Emissora e/ou a Garantidora deixe de ser titular de quaisquer das concessões de lavra sob os dos Direitos Minerários ou de ter o direito de explorar os recursos minerais a eles relacionados, exceto pelos Direitos Minerários de Boa Esperança;
- (xxx) se a Emissora e/ou a Garantidora distribuírem dividendos e juros sobre o capital próprio ou qualquer outro recurso ao Acionista, sem que a Emissora e/ou Garantidora tenha quitado 2/3 dos valores devidos em relação às Debêntures da 1ª Série, ficando expressamente permitido o

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades Por Ações, ao Acionista com Direito a Pagamento de Dividendos, nos termos ora vigente;

- (xxxi) se ocorrer a transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxxii) se ocorrer qualquer dos eventos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil Brasileiro, observados os prazos de cura previstos para cada uma das hipóteses previstas expressamente na presente Escritura;
- (xxxiii) se for verificada a inclusão, na documentação societária da Emissora e/ou da Garantidora, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (xxxiv) se for verificada a redução do capital social da Emissora e/ou da Garantidora após a assinatura desta Escritura, sem que haja anuência prévia e expressa dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, que deverá se manifestar em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação da Emissora e/ou Garantidora neste sentido, e desde que tenha sido obtido pelo Agente Fiduciário a deliberação dos Debenturistas no referido prazo;
- (xxxv) se for verificada a existência de qualquer decisão administrativa definitiva ou judicial transitada em julgado desfavorável a Emissora ou a Garantidora por atos contrários às Normas Anticorrupção;
- (xxxvi) caso o registro das Debêntures para negociação no mercado secundário junto a CETIP 21, administrado pela CETIP, seja cancelado e não seja reabilitado em um prazo de até 10 (dez) Dias Úteis;
- (xxxvii) se for verificada a não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação ou suspensão, neste último caso, por prazo superior a 30 (trinta) dias, das autorizações ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o desenvolvimento das atividades da Emissora;

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE INSTRUMENTOS
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

- (xxxviii) caso as atividades da Emissora e/ou da Garantidora venham a constituir conduta caracterizada como descumprimento, devidamente comprovado, da legislação socioambiental ou infringência à legislação trabalhista, como a manutenção de trabalhadores em condições análogas às de trabalho escravo, infantil, incentivo à prostituição ou outra conduta de alto impacto ou gravidade;
- (xxxix) caso a Emissora não receba o Empréstimo Conversível e/ou qualquer das parcelas dos Aportes que deverão ser realizadas pelo Acionista, na forma, valores e datas acordadas com os Debenturistas e refletidas nesta Escritura;
- (xl) assinatura, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de documentos que representam a reestruturação das Dívidas da Emissora com Outros Bancos, além dos Credores, em termos e condições diferentes das Condições Aceitáveis para Repactuação das Dívidas da Emissora com Outros Bancos de forma que, a critério dos Credores, tais dívidas tenham condições mais favoráveis ou sejam consideradas sênior em relação à Dívida Reestruturada com os Debenturistas;
- (xli) caso quaisquer dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia ou demais aditivos aos Instrumentos de Garantia não sejam formalizados em até 40 (quarenta) dias contados de 2 de dezembro de 2016 e, posteriormente, registrados nos cartórios e demais registros públicos aplicáveis e/ou realizadas as devidas averbações nos livros de registros de ações da Emissora, na forma e prazo acordada com os Credores, conforme expresso nos referidos instrumentos;
- (xlii) caso qualquer dos Documentos Definitivos firmados pela Emissora e a Garantidora com os demais Credores em 2 de dezembro de 2016 não tenham suas condições suspensivas atendidas (ou liberadas pelos Credores) e não estejam em pleno vigor e eficácia em até 40 (quarenta) dias contados de 2 de dezembro de 2016; ou
- (xlili) em caso de Aumento de Custos, caso os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e a Emissora não cheguem a um acordo conforme previsto no item 9.1(xxiii) da Cláusula 9.1. desta Escritura.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E NÚMERO - UMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

8.2 O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, observado os procedimentos previstos nas Cláusulas abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures da 2ª Série e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) na ocorrência de (a) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora; (b) pedido de autofalência da Emissora e/ou da Garantidora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora que não seja contestado ou elidido por depósito elisivo no prazo legal; (d) ajuizamento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) ingresso pela Emissora e/ou pela Garantidora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou
- (ii) no caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, conforme hipóteses previstas na Cláusula 8.1 acima, e desde que os valores devidos pela Emissora ao Debenturista em relação às Debêntures da 1ª Série não tenham sido totalmente quitados em um período de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série.

8.3 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado aplicáveis às Debêntures da 1ª Série e/ou às Debêntures da 2ª Série acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, desde que respeitados os prazos de cura estabelecidos nesta Escritura, conforme aplicável.

8.4 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, uma AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, caso assim desejem os Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a contar da ciência do evento, para deliberar sobre a não

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso.

8.4.1 Caso a AGD mencionada na Cláusula 8.4 acima não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso.

8.4.2 Uma vez instalada a AGD prevista na Cláusula 8.4 acima, será necessário o quórum especial de titulares que representem 100% (cem por cento) das Debêntures da 1ª Série em Circulação ou das Debêntures da 2ª Série em Circulação, conforme o caso, para aprovar a não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures da 1ª Série ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso.

8.5 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar em até 5 (cinco) Dias Úteis carta protocolada, ou com aviso de recebimento expedido pelo correio (i) à Emissora, com cópia para CETIP; e (ii) ao Escriturador.

8.6 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu Resgate Antecipado e consequente pagamento integral da dívida por elas representada, deverá ser efetuado pela Emissora em até 5 (cinco) dias corridos, contados do protocolo da carta ou do aviso de recebimento, mencionadas na Cláusula 8.5 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada imediatamente após a declaração do vencimento antecipado.

8.7 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 8.6 acima, além dos Juros Remuneratórios e da Atualização Monetária ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, se houver e se devidos, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao valor devido.

9 DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E GARANTIDORA

9.1 Obrigações de Fazer. Sem prejuízo das demais obrigações de fazer previstas nesta Escritura, nos Instrumentos de Garantia, nos Aditamentos aos Instrumentos de Garantia e nos demais Documentos Definitivos, a Emissora e/ou a Garantidora, conforme aplicável, obrigam-se a, em caráter irrevogável e irretratável, enquanto houver valores devidos e em aberto sob a Escritura:

- (i) cumprir as leis, regras, regulamentos, ordens, normas administrativas, decretos e determinações das Autoridades Governamentais ou tribunais, aplicáveis à condução de seus respectivos negócios, notadamente (a) quaisquer leis aplicáveis a eles com relação a sanções econômicas, políticas ou comerciais, terrorismo e relativas a atos contra a administração pública nacional ou estrangeira ou lavagem de dinheiro; e

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE INSTRUMENTOS
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

- (b) as de caráter socioambiental apresentando ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, sempre que por este solicitado, as informações e documentos que comprovem a conformidade legal de suas atividades e o cumprimento das obrigações assumidas neste item, em até 15 (quinze) Dias contados da solicitação;
- (ii) obter e manter, em pleno efeito e vigência, todas as autorizações, aprovações e consentimentos, inclusive emitidos por Autoridades Governamentais, licenças (inclusive mas não se limitando às regulatórias e ambientais) ou registros necessários à sua existência corporativa, exercício de suas atividades e ao fiel cumprimento de todas as suas obrigações previstas ou decorrentes desta Escritura e dos demais Documentos Definitivos;
 - (iii) manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), ficando estabelecido, no entanto, que a Emissora e/ou a Garantidora, conforme aplicável, não estarão obrigadas a efetuar o pagamento ou quitação de qualquer tributo, lançamento, encargo ou reivindicação que estiver sendo contestado em boa-fé e por meio de processos competentes, e acerca dos quais provisionamentos adequados estejam sendo mantidos;
 - (iv) manter os ativos necessários à condução de suas atividades (a) em boas condições de operação e manutenção; bem como (b) segurados por sociedades seguradoras de boa reputação, com apólices que cubram o mesmo padrão de valor e os riscos que usualmente são cobertos na mesma área por sociedades que se dediquem às mesmas atividades;
 - (v) manter sempre válidos, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todos os registros, autorizações, concessões ou aprovações necessários à celebração e eficácia desta Escritura, dos Instrumentos de Garantia, dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia e dos demais Documentos Definitivos;
 - (vi) suportar todos os riscos da variação cambial decorrentes desta operação, até as datas previstas para o efetivo pagamento dos valores devidos;
 - (vii) a qualquer momento razoável e periodicamente, permitir que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, ou por meio de terceiros atuando em seu nome e às expensas da Emissora, examinem os registros e livros contábeis e visitem as instalações da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, desde que a Emissora seja informada com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis;

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL-RJ

- (viii) manter os livros de registro e contábeis completos, corretos e atualizados de todas as operações financeiras, dos ativos e das atividades da Emissora e/ou da Garantidora, conforme aplicável, e de acordo com os princípios gerais contábeis aceitos no Brasil;
- (ix) conduzir operações com qualquer sociedade Controlada, Pessoa Controladora, Coligada ou sob controle comum com a Emissora ou a Garantidora consistentes com práticas passadas e em termos não menos favoráveis do que em condições normais de mercado (*arm's length*);
- (x) observar e cumprir todos os termos e condições de contratos, instrumentos e acordos que sejam relevantes à condução de suas atividades, inclusive mas não somente, as obrigações assumidas nesta Escritura;
- (xi) cumprir e exercer suas atividades em conformidade com as Normas Anticorrupção, informando em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, qualquer evento que possa indicar eventual descumprimento destas normas;
- (xii) implementar mecanismos e procedimentos internos de controle, nos termos do art. 42 do Decreto nº 8.420/15, e atuar conforme os parâmetros do referido Decreto;
- (xiii) envidar os melhores esforços para que os clientes e prestadores de serviço da Emissora e da Garantidora adotem as melhores práticas de proteção ao meio ambiente e relativas a segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante a não utilização de trabalho infantil ou análogo ao escravo, se possível mediante condição contratual específica ou adesão ao Código de Ética e Conduta da Emissora e da Garantidora, conforme aplicável;
- (xiv) monitorar os fornecedores diretos e relevantes da Emissora e da Garantidora no que diz respeito a impactos ambientais, às legislações social e trabalhista, normas de saúde e segurança ocupacional, bem como a inexistência de trabalho análogo ao escravo ou infantil;
- (xv) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, sobre eventual autuação pelos órgãos responsáveis pela fiscalização de normas socioambientais e trabalhistas no que tange a saúde e segurança ocupacional, trabalho em condições análogas a escravo e trabalho infantil, bem como sobre a revogação, cancelamento ou não obtenção de licenças, certificados,

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO DE PROPOSTA
RIO DE JANEIRO - RJ

permissões, concessões, autorizações e demais aprovações governamentais necessárias para o desenvolvimento de suas atividades;

- (xvi) manter os Debenturistas indenizados contra qualquer responsabilidade por danos socioambientais, independente de dolo ou culpa ou autuações de natureza trabalhista ou relativas a saúde e segurança ocupacional, obrigando-se a ressarcir-lo de quaisquer quantias que venha a desembolsar em decorrência de dano socioambiental relacionado à utilização dos recursos financeiros decorrentes desta Escritura;
- (xvii) monitorar suas atividades de forma a identificar e mitigar os impactos socioambientais, ainda que não antevistos no momento da celebração desta Escritura;
- (xviii) informar e disponibilizar ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, nos prazos previstos abaixo:
 - (a) assim que disponíveis e, em qualquer hipótese, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento de cada semestre de cada exercício social os balanços patrimoniais não auditados da Emissora (individuais), e os demonstrativos de receita e de fluxos de caixa da Emissora para o período que se iniciar no encerramento do exercício fiscal anterior até o término do semestre em questão, devidamente certificados pelo diretor financeiro da Emissora, conforme o caso, preparados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (I) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (II) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário; (III) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (IV) que seus bens foram mantidos devidamente assegurados;
 - (b) assim que disponíveis e, em qualquer hipótese, no prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, independentemente de sua aprovação pelas acionistas reunidos em assembleia geral, cópia do parecer anual dos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo os balanços patrimoniais e os demonstrativos de receita e de fluxos de caixa auditados da Emissora para o exercício social em questão, e declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (I)

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (II) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário; (III) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (IV) que seus bens foram mantidos devidamente assegurados;

- (c) imediatamente após o seu ajuizamento, a citação, ou o recebimento de notificação judicial ou extrajudicial, mas em nenhuma hipótese, em prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis de tal ajuizamento, citação ou recebimento de notificação, comunicação escrita relatando todas as ações e processos perante qualquer juiz, árbitro, tribunal (judicial ou arbitral) ou Autoridade Governamental que afetem a Emissora, a Garantidora ou quaisquer de suas respectivas subsidiárias, cujo valor individual da causa seja superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) ou em valor agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (d) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, informações a respeito da ocorrência de um Evento Adverso Relevante que possa afetar negativamente ou inviabilizar o pontual cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Escritura, e/ou afetar de forma adversa as atividades da Emissora, os direitos da Emissora oriundos do Contrato de Fornecimento de Cobre e/ou seus Direitos Minerários ou, ainda, que possa implicar na ocorrência de qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado;
- (e) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis de sua realização, cópia de quaisquer atas que deliberaram e aprovaram alterações materiais em seus documentos constitutivos;
- (f) sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, cópias dos registros realizados perante o Banco Central, para a efetivação das remessas de principal, juros e demais encargos previstos no presente instrumento, bem como dos contratos de câmbio relacionados às referidas remessas;
- (g) sempre que requerido pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, cooperar e prestar informações e esclarecimentos e/ou os documentos solicitados, incluindo, mas não se limitando informações e esclarecimentos acerca (I) das atividades desenvolvidas pela Emissora, (II) de seus Direitos Minerários, (III) relacionadas ao Contrato de

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E FILIADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

Fornecimento de Cobre, (IV) da implementação do Projeto Vermelhos, e (V) da implementação e/ou status do Projeto Boa Esperança e Projeto Vale do Curaça, no caso da Emissora realizar qualquer atividade relacionada à exploração de tais projetos;

- (h) encaminhar, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, evidência do pagamento dos tributos devidos para fins da realização de pagamentos previstos sob esta Escritura, incluindo, mas não se limitando ao imposto de renda incidente sobre transferências feitas aos Debenturistas;
- (xix) assegurar que os termos desta Escritura não são ou serão, em nenhuma hipótese, inferiores, subordinados ou menos vantajosos em relação a outras dívidas financeiras, presentes ou futuras, de responsabilidade da Emissora, devendo a Emissora estender aos Debenturistas quaisquer condições mais vantajosas que porventura vier a oferecer a outros credores, presentes ou futuros, com exceção das dívidas relacionadas ao curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Garantidora (capital de giro), incluindo novas linhas de crédito direcionadas para leasing ou aquisição de equipamentos e desde que o valor total das novas linhas de crédito contratadas não seja superior a US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares americanos), considerado o período de 5 (cinco) anos a contar da data da presente Escritura;
- (xx) manter válidas, verdadeiras e corretas as declarações prestadas no âmbito desta Escritura, na data de assinatura da Escritura;
- (xxi) cumprir todas e quaisquer obrigações estabelecidas nos demais Documentos Definitivos;
- (xxii) apresentar ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, cópia eletrônica (PDF) do pedido de registro (i.e. protocolo) perante o DNPM do instrumento que formaliza o Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança e do Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos, em até 15 (quinze) dias da data de publicação das respectivas portarias de lavra, devendo a Emissora apresentar ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, o Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança e o Contrato de Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos, devidamente registrados no DNPM em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da data da

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - OFICINA - RJ

publicação das respectivas portarias de lavra, sendo desde já concedido prazo adicional de 60 (sessenta) dias caso os registros perante o DNPM não sejam concluídos nesse período, desde que a Emissora já tenha apresentado os referidos Protocolos DNPM ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, (havendo motivo de força maior devidamente justificado, novos, iguais e sucessivos prazos serão concedidos até que o impedimento esteja eliminado);

- (xxiii) caso haja Aumento de Custos, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e a Emissora negociarão de boa fé e emendarão melhores esforços para chegar a um acordo sobre os custos incorridos pelos Debenturistas, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do envio de notificação pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a Emissora neste sentido;
- (xxiv) em caso de Aumento de Custos, caso os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e a Emissora não cheguem a um acordo, nos termos do item (xxiii) acima, ocorrerá o vencimento antecipado das Debêntures;
- (xxv) cumprir todas e quaisquer obrigações aplicáveis, conforme estabelecidas na Instrução CVM nº 476/09;
- (xxvi) comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre qualquer alteração na condição financeira, societária e/ou operacional da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (a) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (xxvii) convocar assembleias gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da Escritura, mas não o faça;
- (xxviii) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E FOLGADO
RIO DE JANEIRO - RJ

realização do relatório citado no inciso (xii) da Cláusula 10.3, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xiii) da Cláusula 10.3 abaixo.;

- (xxix) fornecer aviso aos Debenturistas, de fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358/02, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (xxx) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, incluindo as demonstrações financeiras em vigor, para os fins do disposto no artigo 17, inciso III da Instrução CVM n.º 476/09, demonstrações essas as quais, acompanhadas de notas explicativas e parecer elaborado por auditores independentes registrados na CVM, deverão ser divulgadas em sua página na rede mundial de computadores, como condição para integralização das Debêntures;
- (xxxi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao depósito das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xxxii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da estruturação, emissão e distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu depósito na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, bem como dos demais prestadores de serviços contratados e outros custos relacionados às Debêntures;
- (xxxiii) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;
- (xxxiv) comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- (xxxv) manter as Debêntures depositados para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, administrado e operacionalizado pela CETIP, durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - RJ

- (xxxvi) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009;
- (xxxvii) guardar, enquanto houver Debêntures em Circulação ou pelo prazo de 5 (cinco) anos contado da Data de Emissão, o que ocorrer por último, toda a documentação relativa à oferta;
- (xxxviii) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM n.º 476/09, quais sejam:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores referentes ao exercício social encerrado em 2015 e as demonstrações financeiras seguintes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no subitem acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM n.º 358/02, comunicando imediatamente ao intermediário líder da oferta e ao Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM,
- (xxxix) realizar a AGE da Garantidora em 19 de dezembro de 2016 a fim de ratificar a outorga da Fiança, previamente aprovada pela RCA da Garantidora, e providenciar o respectivo registro da ata na JUCERJA e publicação no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no "Monitor Mercantil", no prazo estabelecido na Cláusula 3.1. (i) desta Escritura.

9.2 Obrigações de Não Fazer. Sem prejuízo das demais obrigações de não fazer previstas nesta Escritura, nos Instrumentos de Garantia e nos demais documentos relacionados, a Emissora e/ou a Garantidora, conforme aplicável, obrigam-se a, em caráter irrevogável e irretratável, enquanto houver valores devidos e em aberto sob esta Escritura:

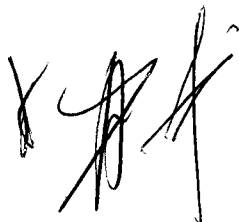
- (i) não conceder ou pagar mútuos entre Pessoas Controladas, Pessoas Controladoras e Coligadas (salvo no que se refere a: (a) mútuos

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E HÍPOTECAMADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

futuramente celebrados entre a Emissora, como mutuária, e a Garantidora, como mutuante; e (b) ao mútuo existente celebrado em 13 de julho de 2013, conforme aditado em 20 de março de 2015, entre a Emissora e a Garantidora);

- (ii) não efetuar ou permitir qualquer alteração nas políticas contábeis, exceto conforme exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iii) não alterar a sua natureza e/ou estrutura jurídica, bem como alienar sociedades sob o seu Controle, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
- (iv) não alterar ou modificar o objeto social da Emissora e/ou da Garantidora, de forma a alterar suas atuais atividades principais, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios significativos em relação às atividades atualmente desenvolvidas ou, ainda, que possa comprovadamente impactar na capacidade de cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;
- (v) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (vi) não transferir ou de qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros, os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura, sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas;
- (vii) não constituir a qualquer credor, sejam ou não os Credores, garantia e/ou privilégio, a qualquer título ou de qualquer natureza, em detrimento dos Debenturistas, salvo no que se refere as garantias relacionadas ao curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Garantidora, quais sejam, garantias oferecidas no âmbito de processos judiciais ou administrativos ou garantias concedidas a novas linhas de crédito direcionadas para a aquisição de equipamentos, desde que a garantia incida sobre o próprio equipamento adquirido;
- (viii) não alienar, arrendar, sub-arrendar ou por qualquer forma transferir quaisquer ativos de titularidade da Emissora e/ou da Garantidora, salvo no que se refere à alienação dos Direitos Minerários de Boa Esperança ou novos direitos minerários que sejam obtidos pela Emissora e/ou pela



21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE VOTOS E ELEIÇÕES
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Garantidora e outros ativos (ou qualquer caso, desde que não constituam garantias aos Debenturistas), no valor, individual ou agregado, de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ficando desde já acertado que não serão destinados recursos financeiros da Emissora e/ou da Garantidora para o desenvolvimento desses novos direitos minerários. A Emissora, contudo, poderá associar-se a terceiros para o desenvolvimento de novos direitos minerários;

- (ix) não constituir qualquer novo ônus sobre os bens e direitos que sejam de titularidade da Emissora e/ou da Garantidora, exceto (i) no que se refere a garantias relacionadas ao curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Garantidora, quais sejam, garantias oferecidas no âmbito de processos judiciais ou administrativos ou garantias concedidas a novas linhas de crédito direcionadas para a aquisição de equipamentos, desde que a garantia incida sobre o próprio equipamento adquirido; (ii) os que já existirem, na data da assinatura desta Escritura, sob os bens e direitos aqui previstos, os quais não poderão ser renovados sem o prévio consentimento dos Debenturistas; (iii) eventuais direitos minerários que venham a ser identificados ao longo da vigência desta Escritura e que não constituam garantias às Dívidas Reestruturadas; (iv) os que porventura venham a ser especificados nesta Escritura;
- (x) não efetuar pagamento de qualquer dívida financeira em condições diversas (a) das condições originalmente contratadas com quaisquer terceiros, exceto se mais favoráveis para a Emissora ou a Garantidora ou (b) dos Critérios Aceitáveis para Repactuação das Dívidas da Emissora com Outros Bancos em relação com as Dívidas da Emissora com Outros Bancos; e
- (xi) não distribuir dividendos e juros sobre o capital próprio ou qualquer outro recurso ao Acionista, até que 2/3 do valor devido em relação às Debêntures da 1ª Série sejam quitados, ficando expressamente permitido o pagamento de dividendos aos Acionistas com Direito a Pagamento de Dividendos nos termos ora vigentes.

9.3 Obrigações Financeiras. Durante a vigência desta Escritura, a Emissora obriga-se a observar, os seguintes parâmetros financeiros, que serão calculados semestralmente (semestres encerrados em junho e dezembro de cada ano civil), sendo que (a) o semestre encerrado em junho deverá considerar os últimos 12 (doze) meses e as demonstrações financeiras semestrais gerenciais não auditadas; e (b) o semestre encerrado em dezembro deverá considerar as demonstrações financeiras do exercício

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

encerrado no ano de referência para a apuração, iniciado em janeiro, devidamente auditadas, sob pena do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, decretar o Vencimento Antecipado da Emissão: a razão entre (a.1) sua Dívida Líquida e (a.2) seu EBITDA (i) não será apurado em 2017 e 2018; e (ii) deverá ser menor ou igual a (ii.1) 9x em relação ao ano de 2019; (ii.2) 5x em relação ao ano de 2020; (ii.3) 3x em relação ao ano de 2021; e (ii.4) 2x em relação ao ano de 2022 e até o integral cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura.

9.4 Para fins do disposto acima, as razões previstas na mesma serão calculadas com base nas demonstrações financeiras da Emissora, as quais deverão ser disponibilizadas ao Agente Fiduciário para fins de acompanhamento deste, na qualidade de representante dos Debenturistas (a) com relação às demonstrações financeiras semestrais não auditadas, em 30 (trinta) dias após encerramento do semestre; e (b) com relação às demonstrações financeiras anuais auditadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do respectivo ano fiscal, independentemente de sua aprovação pelas acionistas reunidos em assembleia geral, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do referido cálculo pelo Agente Fiduciário.

9.5 A Emissora obriga-se ainda a disponibilizar ao Agente Fiduciário uma declaração emitida pelo diretor financeiro (CFO) da Emissora afirmando que as obrigações financeiras indicadas na Cláusula 9.4 acima foram devidamente observadas.

9.6 A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

10 DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário é nomeado na presente Escritura e expressamente a aceita para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

10.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência, ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, a convocação dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

10.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 9.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

10.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

10.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de AGD solicitando sua substituição, sendo certo que o Agente Fiduciário não poderá renunciar suas funções antes que seu substituto assuma todas as obrigações decorrentes desta Escritura.

10.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, procederem à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

10.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

10.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEB pela *Emissora*, bem como registrado nos Cartório de Registro de Títulos e Documentos indicados na Cláusula 5.23.4 acima.

10.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações decorrentes desta Escritura e da legislação em vigor.

10.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

10.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE EM DE CULMADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora caso esta não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos na JUCEB, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e os documentos necessários aos efetivo registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas da Emissora dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e Procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (ix) solicitar auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora, de forma justificada, nos termos da Instrução CVM nº 28/83;
- (x) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes, na forma da Cláusula 5.21 acima;
- (xi) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações listadas abaixo:

X [assinatura]

21 DEZ 16 956440

REGISTRALIZADO E CONFIRMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora focando nos indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e pagamento dos Juros Remuneratórios, se devidos, das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (h) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período; e
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- (xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede do Coordenador Líder;
- (xiv) publicar, nos órgãos da imprensa, na forma da Cláusula 5.21 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiii) acima;

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- (xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente, se for o caso;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento dos itens constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer para Emissora;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM;
- (xix) acompanhar junto à Emissora e ao Escriturador, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e
- (xx) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, a ser calculado pela Emissora.

10.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e, cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo, sem limitação a contratação de escritório de advocacia de primeira linha;
- (iii) requerer a falência da Emissora; e

21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 10.4 acima, itens (i) a (iii), se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 10.4 (iv) acima.

10.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- (i) a título de remuneração, serão devidas pela Emissora parcelas anuais de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) pelos serviços de Agente Fiduciário, devida a primeira no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas do anos subsequentes. A primeira parcela será devida ainda que a operação não seja integralizada, a título de estruturação e implantação. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*;
- (ii) as parcelas citadas no item (i) acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), IR (Imposto de Renda) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (iii) as parcelas citadas no item (i) acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (iv) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estará sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a

21 DEZ 16 956440

REGISTRARAL POR OFI. N.º 1
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

- (v) as remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, alimentação, transporte, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, fotocópias, digitalizações, com envio de documentos, despesas cartorárias e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação;
- (vi) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, no prazo definido pelos Debenturistas. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios e depósitos de ações propostas pelo Agente Fiduciário e/ou ajuizadas contra este no exercício regular da função, desde que comprovadas e relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, desde que arbitradas pelo juízo competente, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário; e
- (vii) eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, não estabelecidas nesta Escritura ou alteração nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

10.6.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora, se assim solicitado por esta, a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE INSTRUMENTOS
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

10.6.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 10 (dez) Dias Úteis de antecedência à data do pagamento.

10.6.3 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela AGD e com anuência da Emissora.

10.6.4 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, cuja elaboração permanecerá de responsabilidade da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

10.6.5 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura.

10.6.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

10.6.7 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora, salvo se agir com dolo ou com culpa grave. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E NÃO APLMADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

11 DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

11.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

11.2 Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

11.3 A AGD pode ser convocada através de publicação de aviso aos titulares de Debêntures, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM. A AGD, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

11.4 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

11.5 Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora e da Garantidora, se convocada, nas AGD convocadas pela Emissora, enquanto que nas AGDs convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

11.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.7 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

11.8 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes (50% mais um), exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou das hipóteses de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE MODIFICADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

11.8.1 A alteração dos quóruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

12 DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

12.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, e no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- (vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) a verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura se deu através das informações constantes do parecer legal da Emissão, que refletem as diligências efetuadas a respeito;
- (x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83; e
- (xii) para fins do §2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário informa que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE INSTRUMENTOS DOCUMENTAIS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário no período.

13 DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

13.1 A Emissora e a Garantidora, individualmente, para todos os fins e efeitos, prestam as declarações e garantias abaixo em benefício dos Debenturistas, declarações e garantias estas que consignam serem válidas e corretas na presente data e que deverão permanecer válidas na data de eficácia da presente Escritura:

- (i) a Emissora e a Garantidora são sociedades devidamente constituídas, validamente existentes e estão em situação regular de acordo com a legislação, regulamentação e exigências a ela aplicáveis, e que possuem todos os poderes societários e autoridade necessários, incluindo todas as licenças, certificados, permissões, concessões, autorizações e demais aprovações governamentais necessárias para deter e dispor de seus respectivos bens, exceto pelas autorizações pendentes (portaria de lavra emitida pelo DNPM) para implantação e operação do Projeto Vermelhos e do Projeto Boa Esperança;
- (ii) a Emissora e a Garantidora têm poder, autoridade, capacidade e legitimidade necessários para celebrar e executar esta Escritura e os Aditivos aos Instrumentos de Garantia e para cumprir com as obrigações contidas nesta Escritura, nos Instrumentos de Garantia e nos Aditivos aos Instrumentos de Garantia. Nenhum ato, consentimento ou autorização se faz necessário para a celebração e execução desta Escritura e dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia pela Emissora e pela Garantidora, e para o cumprimento de todas e quaisquer obrigações contidas nesta Escritura, nos Instrumentos de Garantia ou nos Aditivos aos Instrumentos de Garantia;
- (iii) esta Escritura e os Aditivos aos Instrumentos de Garantia serão assinados pela Emissora e pela Garantidora e constituirão uma obrigação válida, vinculante e exequível de cada uma destas partes. A Escritura constituirá uma obrigação válida e exequível de cada uma de suas partes de acordo com seus respectivos termos;
- (iv) a assinatura e a execução desta Escritura pela Emissora e pela Garantidora, e a implementação das operações descritas aqui:
 - (a) não violam ou contradizem (a.1) qualquer documento constitutivo ou societário da Emissora e da Garantidora, (a.2) qualquer contrato,



21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE INSTRUMENTOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

compromisso, obrigação, entendimento, acordo ou restrição de qualquer natureza a que a Emissora e a Garantidora estejam vinculadas ou sujeitas, ou pela qual seus respectivos ativos ou bens estejam vinculados;

- (b) não violam ou contradizem qualquer lei, regulamento, ordem, decisão ou julgado emitido por qualquer autoridade governamental, aplicável à Emissora e à Garantidora ou aos seus respectivos ativos ou bens;
- (c) não violam, contradizem ou implicam na violação, descumprimento, inobservância ou rescisão de qualquer instrumento, compromisso, escritura, acordo ou contrato celebrado pela Emissora e/ou pela Garantidora; e
- (d) não exigem qualquer consentimento, aprovação ou autorização de qualquer Pessoa, qualquer notificação para qualquer Pessoa, com exceção do Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos e do Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança que, para sua plena eficácia, precisarão ser devidamente averbadas perante o DNPM;
- (v) a Emissora e a Garantidora possuem todas as licenças, registros e autorizações governamentais relevantes de acordo com a legislação brasileira federal, estadual e municipal, para a condução de suas atividades no seu curso normal, da forma como vem sendo conduzidos, sendo que (a) não há nenhum ato, fato, ocorrência ou omissão que possa acarretar: (a.i) a impossibilidade de obter qualquer licença, registro ou autorização relevante; e/ou (a.ii) o cancelamento, a suspensão, a cassação, a impossibilidade de renovação ou vencimento dos efeitos das licenças, registros ou autorizações relevantes, existentes; e que (b) os Direitos Minerários de Vermelhos e os Direitos Minerários de Boa Esperança ainda estão pendentes de autorizações de órgãos governamentais para sua devida implantação e operação;
- (vi) que foram obtidas todas as autorizações, licenças, registros, concessões, permissões e aprovações das Autoridades Governamentais, consentimentos e outras aprovações necessárias à celebração e formalização desta Escritura e dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia, bem como para o cumprimento das obrigações neles assumidas (inclusive, mas não somente para remessa ao exterior dos valores devidos em relação à Emissão decorrente desta Escritura), incluindo, mas não se limitando àquelas de natureza societária, legal e/ou regulatória, bem como as exigidas em virtude de outros instrumentos firmados pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme aplicável, com terceiros, tendo

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE INSTRUMENTOS
 RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários para tanto, tendo sido a Escritura devidamente celebrada pela Emissora, representando uma obrigação legal, válida e vinculante, exequível em conformidade com os seus respectivos termos e condições;

- (vii) todas as informações fornecidas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário durante as discussões e negociações relacionadas à Reestruturações em curso, inclusive informações fornecidas para fins de aprovação da Emissão, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos, não havendo omissão ou qualquer declaração inverídica de um fato relevante, por parte da Emissora e/ou da Garantidora, conforme aplicável, na prestação de informações ou no fornecimento de documentos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas que fossem relevantes à tomada, pelos Debenturistas, da decisão de subscrever e integralizar as Debêntures;
- (viii) exceto pelo registro da Escritura de Emissão na JUCEB, pelo registro nos Cartórios de Títulos e Documentos, e depósito das Debêntures na CETIP, Registro Escriturador, pelo Registro DNPM e pelos Registros RTD, nenhuma autorização, aprovação, licença, notificação, ordem de, ou outro ato por, e nenhum registro junto a qualquer Autoridade Governamental ou órgão regulatório ou qualquer outro terceiro é necessário para a devida celebração, entrega e execução das obrigações previstas nesta Escritura e nos Aditivos aos Instrumentos de Garantia;
- (ix) exceto pelos débitos que foram relacionados na Recuperação Judicial, débitos posteriores à Recuperação Judicial (decorrentes da paralisação das atividades da Emissora) e obrigações tributárias e previdenciárias em aberto nesta data, todos de conhecimento dos Credores e que serão regularizadas mediante implementação da Reestruturação e o recebimento do Aporte, a Emissora e a Garantidora cumprem integralmente todas as leis, portarias, normas, regulamentos e exigências aplicáveis de todas as Autoridades Governamentais, detendo todas as licenças, certificados, permissões e concessões governamentais e demais autorizações e aprovações governamentais, necessárias à condução de suas atividades, inclusive as relativas à legislação trabalhista e previdenciária
- (x) a Emissora e a Garantidora cumprem integralmente todas as leis, portarias, normas, regulamentos e exigências aplicáveis de todas as Autoridades Governamentais, detendo todas as licenças, certificados e

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E HOMOLOGADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

permissões e demais autorizações e aprovações governamentais, necessárias à condução de suas atividades relativas à legislação socioambiental, em especial à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício de suas atividades;

- (xi) as obrigações da Emissora e/ou da Garantidora nos termos desta Escritura constituem obrigações diretas, incondicionais, e se classificam, e se classificarão, igualitariamente quanto à prioridade de pagamento e em todos os demais aspectos em relação a todas as demais dívidas da mesma natureza da Emissora;
- (xii) mediante a implementação da Reestruturação e o recebimento do Aporte, (a) o valor de mercado de seus ativos é superior às suas exigibilidades; (b) tem plenas condições de honrar com suas dívidas e obrigações assumidas perante terceiros; (c) possui capital adequado para a boa condução de suas atividades;
- (xiii) as mais recentes demonstrações financeiras entregues aos Debenturistas são verdadeiras, completas e corretas em todos os seus aspectos e refletem fielmente de forma clara e precisa a situação financeira, econômica, os aspectos patrimoniais, bem como os negócios e resultados das operações da Emissora, da Garantidora e de suas subsidiárias, tendo sido elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xiv) na presente data o capital social da Emissora, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 129.710.241,56 (cento e vinte e nove milhões, setecentos e dez mil, duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 71.427.931 (setenta e uma milhões, quatrocentas e vinte e sete mil, novecentas e trinta e uma) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. À exceção da alienação fiduciária em favor dos Credores, não há registro de qualquer ônus ou gravame sobre as ações junto ao Registro Escriturador;
- (xv) manterá seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (xvi) o Contrato de Fornecimento de Cobre encontra-se plenamente válido, vigente, eficaz, e a Emissora não tem conhecimento de qualquer inadimplemento ou intenção das partes de resilir o referido contrato e,

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E CONFIRMADO
RIO DE JANEIRO - RJ

exceto pela Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Paranapanema e pelo ônus constituído para garantir a Obrigações Financeiras Existentes as obrigações previstas nesta Escritura , os direitos dele decorrentes não se encontram onerados ou comprometidos de qualquer forma, seja a que título for;

- (xvii) nem a Emissora nem a Garantidora, nem suas respectivas receitas ou bens gozam de qualquer direito de imunidade em relação a processo, jurisdição judicial, penhora prejudicial, execução de sentença ou em relação à compensação, gravame bancário, reconvenção ou qualquer outro processo ou recurso legal com respeito às suas obrigações contempladas nesta Escritura;
- (xviii) todos os Direitos Minerários e direitos relacionados a eles são de propriedade e titularidade exclusiva da Emissora, seja nominalmente ou por sucessão (no caso dos Direitos Minerários de Vermelhos, em nome da sociedade Mineração Vale do Curaçá S.A., incorporada pela Emissora em 16 de setembro de 2014);
- (xix) os Direitos Minerários foram devidamente adquiridos nos termos da legislação aplicável, e a Emissora é o única e exclusiva proprietária e beneficiária de todos os direitos, participações e obrigações relacionados ao ou decorrentes dos Direitos Minerários, seja nominalmente ou por sucessão (no caso dos Direitos Minerários de Vermelhos, em nome da sociedade Mineração Vale do Curaçá S.A., incorporada pela Emissora em 16 de setembro de 2014), os quais estão todos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, exceto pelo Penhor dos Direitos Minerários do Vale do Curaçá, pelo Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança, pelo Contrato com Pessoa a Declarar de Boa Esperança, pelo Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos e pelo Contrato com Pessoa a Declarar de Vermelhos, conforme previstos nesta Escritura ;
- (xx) os Direitos Minerários estão em boa ordem de acordo com a legislação aplicável e todas as obrigações e registros decorrentes dos Direitos Minerários foram devidamente cumpridas, sendo que os Direitos Minerários de Vermelhos e os Direitos Minerários de Boa Esperança ainda estão pendentes de autorizações de Órgãos Governamentais para sua devida implantação e operação, havendo ainda a necessidade de, em relação aos Direitos Minerários de Vermelhos, ser averbada a transferência de titularidade, junto ao DNPM, em razão da incorporação

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - RJ

da Mineração Vale do Curuçá S.A. realizada pela Emissora em 16 de setembro de 2014;

- (xxi) todos os pagamentos de taxas, arrendamentos, remunerações, despesas, e outros pagamentos relacionados aos Direitos Minerários foram devidamente pagos ou recolhidos, não detendo, até a presente data quaisquer débitos pendentes com relação aos Direitos Minerários, ressalvadas as cobranças da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM (i) posteriores à Recuperação Judicial em aberto nesta data, que são de conhecimento dos Credores e que serão regularizadas mediante a implementação da Reestruturação e o recebimento do Aporte, ou (ii) que estão sendo contestados administrativamente e encontram-se com exigibilidade suspensa, conforme decisão proferida nos autos do processo nº 10873-29.2016.4.01.3300, em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Salvador;
- (xxii) a Emissora não realiza atividades de pesquisa mineral, lavra experimental ou lavra definitiva sem as devidas licenças e/ou autorizações;
- (xxiii) não há nada que impeça ou venha a impedir o início ou a continuação, conforme aplicável, de pesquisa mineral e demais atividades da Emissora nas áreas onde estão localizados os Direitos Minerários, exceto com relação aos Direitos Minerários de Vermelhos e aos Direitos Minerários de Boa Esperança que ainda estão pendentes de autorizações de órgãos governamentais para sua devida implantação e operação;
- (xxiv) não há qualquer reclamação, disputa, questionamento ou impugnação em andamento ou pendente que possa ameaçar ou prejudicar a titularidade, a propriedade e/ou a posse dos Direitos Minerários;
- (xxv) não há qualquer restrição ou impedimento na capacidade da Emissora no uso ou transferência dos Direitos Minerários, exceto conforme disposto na legislação aplicável;
- (xxvi) uma vez verificadas as condições de formalização e constituição dos Instrumentos de Garantia, conforme alterados pelos Aditivos aos Instrumentos de Garantia, todos os Instrumentos de Garantia criarão direito de garantia válido, eficaz, aperfeiçoado, exequível e preferencial e ônus sobre todos os bens dados em garantia e objeto dos referidos Instrumentos de Garantia, em favor dos Debenturistas e dos demais Credores, conforme aplicável;

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E AUTENTADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (xxvii) que a Emissora e/ou a Garantidora, conforme aplicável, não se encontram em posição de inadimplemento em qualquer contrato firmado com os seus atuais credores que possa acarretar um vencimento antecipado de suas obrigações financeiras, exceto por aqueles vencidos antecipadamente por força da Recuperação Judicial;
- (xxviii) a Emissora e a Garantidora responsabilizam-se, em caráter irrevogável, pela correção e veracidade das declarações prestadas nesta Escritura, bem como por quaisquer perdas, danos, prejuízos e impactos, inclusive de natureza fiscal, que possam decorrer da incorreção ou falsidade das mesmas;
- (xxix) não existe qualquer investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial relacionados a práticas contrárias às Normas Anticorrupção pela Emissora, pela Garantidora ou por sociedades por elas controladas, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 4º, da Lei n.º 12.846/13;
- (xxx) não existem, em relação à Emissora e a Garantidora, (a) decisões administrativas definitivas ou judiciais, transitadas em julgado, ou (b) termos de ajustamento de conduta, que reconheçam em (a) ou (b) Práticas Ilícitas;
- (xxxi) não existem em relação à Emissora e a Garantidora acordos de leniência ou delação premiada;
- (xxxii) a Emissora e a Garantidora possuem e manterão mecanismos e procedimentos internos de controle com o fim de evitar violações às Normas Anticorrupção;
- (xxxiii) não ocorreu até a presente data um Evento Adverso Relevante;
- (xxxiv) não existe nenhuma ação, processo administrativo ou judicial, investigação, litígio ou procedimento judicial, arbitral ou administrativo em curso ou iminente, incluindo, sem limitação qualquer procedimento administrativo ambiental, que afete a Emissora e/ou a Garantidora, ou quaisquer de suas respectivas subsidiárias, perante quaisquer Autoridades Governamentais e que possa (i) produzir um Evento Adverso Relevante na Emissora e/ou na Garantidora; ou (ii) afetar a legalidade, a validade ou a exequibilidade da Escritura, dos Instrumentos de Garantia, dos Aditivos aos Instrumentos de Garantia e dos demais instrumentos relacionados, ou a consumação das operações contempladas nesta Escritura;

21 DEZ 16 956440

REGISTRALCO LTDA - EMENDADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL - RJ

- (xxxv) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476/09, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (xxxvi) não utilizou os recursos das Obrigações Financeiras Existentes em desacordo com as finalidades previstas nos respectivos instrumentos, em especial para o desenvolvimento de atividade de pesquisa ou projeto voltados para obtenção de Organismos Geneticamente Modificados - OGM e seus derivados ou avaliação de biossegurança desses organismos, o que engloba, no âmbito experimental, a construção, cultivo, produção, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, pesquisa, comercialização, consumo, liberação no meio ambiente e ao descarte de OGM e seus derivados.
- (xxxvii) a Emissora não figura como autora ou ré, nesta data, em qualquer ação judicial ou procedimento arbitral ou administrativo em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (xxxviii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções, em relação à Emissão; e
- (xxxix) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

13.2 A Emissora compromete-se a notificar em até 3 (três) Dia Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Em relação a esta Escritura, serão válidas todas as notificações, avisos e/ou comunicações feitos tanto por meio de simples correspondência entregue em mãos, por correspondência com aviso de recebimento (AR), ou ainda por transmissão eletrônica ou via fac-símile, desde que haja possibilidade de confirmação de entrega.

- (i) Para a Emissora:

MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
Praça Pio X, 98, 8º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E CO-REGISTRADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

CEP: 20.091-040

Tel.: (21) 2206-9100

Fax: (21) 2206-9151

At.: Sr. Eduardo de Come/Eduardo de Mesquita Souza

E-mail: eduardo.decome@minacaraiba.com /

eduardo.souza@minacaraiba.com

(ii) Para a Fiadora:

NX Gold S.A.

Praça Pio X nº 98, 8º andar – Parte, Rio de Janeiro – RJ

CEP 20.091-040

At.: Eduardo de Come / Eduardo de Mesquita Souza

Tel.: (21) 2206-9100

E-mail: eduardo.decome@minacaraiba.com /

eduardo.souza@minacaraiba.com

(iii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304

22640-102, Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr.

Marco Aurélio Ferreira

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iv) Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal

04344-902 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5029-1910

At.: Claudia Vasconcellos

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) Para o Escriturador

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

01452-002 – São Paulo – SP

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E VOTO EM LADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Tel.: (11) 5029-1910
At.: Claudia Vasconcellos
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(vi) Para a CETIP:

CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar
20031-170 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Ou

Alameda Xingú, n.º 350, 1º andar
01452-001– São Paulo – SP
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
At.: Superintendência de Valores Mobiliários
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

14.2 Na hipótese de mudança do representante ou do endereço indicados na Cláusula 14.1 acima, a Parte que alterar o seu representante ou endereço deverá notificar por escrito às demais Partes, sendo certo que, sem a referida comunicação, todos os avisos e comunicações encaminhados ao representante e endereço indicados na Cláusula 14.1 acima serão considerados válidos.

14.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito pretendido pelas partes no momento da celebração desta Escritura.

14.5 As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer

21 DEZ 16 956440

REGISTRO
910 31

exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

14.6 Os valores de referência previstos nesta Escritura, ressalvados os valores relacionados à esta Emissão, serão atualizados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços ao Consumidor, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ou, em caso de sua indisponibilidade, pelo índice que vier a substituí-lo.

14.7 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

14.8 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

14.9 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, após o atendimentos dos requisitos relacionados na Cláusula 3.1 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

15 FORO

15.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

(página de assinatura 1/4 da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A." celebrado entre Mineração Caraíba S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.

Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:

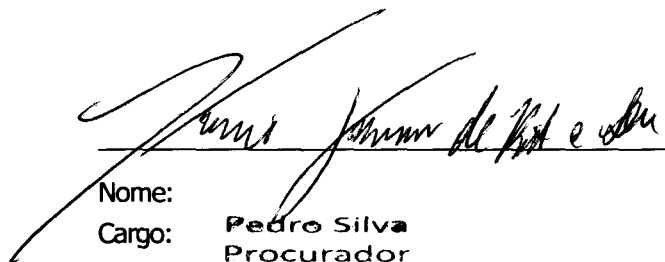


21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO, CAPITAL-RJ

(página de assinatura 2/4 da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A." celebrado entre Mineração Caraíba S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: **Pedro Silva**
Procurador

Ofício **Adilson Wagner Firmino** **CARTÓRIO DE JACAREPAGUÁ** 088906AC133686
PARELHAS
Estrada dos Bandeirantes, 209 - Lojas C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-670 - Tel.: (21) 2445-8785

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de:
PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA.....
Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2016. Conf. por.....
Em testemunho..... da verdade.

CTPS 78631 S/108 RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCRIVÃO
AUTORIZADO
ESW165917-RJ/V Consulte em "http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico"

Ofício
2º
Imposto de Renda
CTPS 78631 Série 108 RJ



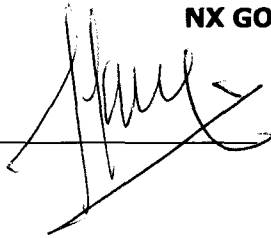
21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

(página de assinatura 3/4 da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A." celebrado entre Mineração Caraíba S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

NX GOLD S.A.

Nome:
Cargo:



Nome:
Cargo:



21 DEZ 16 956440

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

(página de assinatura 4/4 da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A." celebrado entre Mineração Caraíba S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF/MF:
R.G.:

Nome:
CPF/MF:
R.G.:



21 DEZ 16 956440

REGISTRAÇÃO RECEBIDA
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

ANEXO I – MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA PARA CONVOLAÇÃO EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA

[•] ADITAMENTO A ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

I. Como emissora:

MINERAÇÃO CARAÍBA S.A., companhia fechada com sede na Fazenda Caraíba s/n, na Cidade de Jaguarari, Estado da Bahia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob n.º 42.509.257/0001-13 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") sob o NIRE n.º 29300019097, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "**Emissora**"; e

II. Como Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) ("**Debenturistas**") e doravante denominada simplesmente "**Agente Fiduciário**";

III. E, na qualidade de garantidora,

NX GOLD S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Pio X n.º 98, 8º andar - Parte, CEP n.º 20091-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.501.410/0001-81, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente "**Garantidora**", sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a

21 DEZ 16 956440

REGISTRAR E NOTARIADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

Garantidora, quando referidos em conjunto, "**Partes**" e, individualmente, "**Parte**";

CONSIDERANDO QUE:

(i) as Partes celebraram, em 15 de dezembro de 2016, o "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A." ("**Escritura**"), o qual foi devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia ("**JUCEB**") sob o nº [●] em [●]; e

(ii) o item 5.7.2 da Escritura prevê a autorização de celebração de um aditamento à Escritura, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, para formalizar e ratificar a convolação da espécie das Debêntures, de quirografária e fidejussória para a espécie com garantia real e fidejussória.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente "[●] Aditamento a Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A." ("**[●] Aditamento**"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste [●] Aditamento são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura. Todos os termos no singular definidos neste [●] Aditamento deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. As expressões "deste instrumento", "neste instrumento" e "conforme previsto neste instrumento" e palavras da mesma importância quando empregadas neste [●] Aditamento, a não ser que de outra forma exigido pelo contexto, referem-se a este [●] Aditamento como um todo e não a uma disposição específica deste [●] Aditamento, e referências à cláusula, subcláusula, adendo e anexo estão relacionadas a este [●] Aditamento a não ser que de outra forma especificado. Todos os termos definidos neste [●] Aditamento terão as definições a eles atribuídas neste instrumento quando utilizados em qualquer certificado ou documento celebrado ou formalizado de acordo com os termos aqui previstos.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste [●] Aditamento, todos os termos e condições da Escritura aplicam-se total e automaticamente a este [●]

21 DEZ 16 956440

REGISTRAL DO DEF. CIVIL - LMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste instrumento.

2. ALTERAÇÕES

2.1. Por meio do presente Aditamento, em virtude do cumprimento da convolação das Debêntures da espécie quirografária e fidejussória para a espécie com garantia real e fidejussória, as Partes concordam em alterar a redação da cláusula 5.7 e 5.7.1 da Escritura, que passará a vigor conforme abaixo:

"5.7 Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, representada pela Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e da Conta Vinculada, pelo Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Vermelhos, pelo Penhor Condicional dos Direitos Minerários de Boa Esperança e pelas Alienações Fiduciárias de Ações (em conjunto, "Garantias Reais"), nos termos desta Escritura de Emissão.

5.7.1. Em adição às Garantias Reais, as Debêntures contarão com os Contratos com Pessoa a Declarar e com a Fiança, conforme estabelecido na Cláusula 5.23 abaixo."

3. RATIFICAÇÕES

3.1. Todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente [●] Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito, nos termos em que se encontram redigidos.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Este [●] Aditamento deverá ser arquivado na JUCEB, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e da Garantidora, de acordo com o quanto previsto na cláusula 5.23.4 da Escritura, obedecido em ambos os casos os prazos para apresentação e obtenção de tais registros previstos na Escritura. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original deste [●] Aditamento, devidamente registrado na JUCEB e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos supra mencionados, além de uma cópia para a CETIP, tempestivamente após a data de obtenção dos referidos registros.

4.2. Este [●] Aditamento é firmado em caráter irrevogável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E AUTENTICADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

ANEXO II – TABELA DE AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

Data de Pagamento	Taxa de Pagamento dos Juros	Percentual a ser Amortizado
15/01/2017	não	não
15/02/2017	não	não
15/03/2017	não	não
15/04/2017	não	não
15/05/2017	não	não
15/06/2017	não	não
15/07/2017	não	não
15/08/2017	não	não
15/09/2017	não	não
15/10/2017	não	não
15/11/2017	não	não
15/12/2017	não	não
15/01/2018	não	não
15/02/2018	não	não
15/03/2018	não	não
15/04/2018	não	não
15/05/2018	não	não
15/06/2018	8,83%	não
15/07/2018	8,83%	não
15/08/2018	8,83%	não
15/09/2018	8,83%	não
15/10/2018	8,83%	não
15/11/2018	8,83%	não
15/12/2018	8,83%	não
15/01/2019	8,83%	não
15/02/2019	8,83%	não
15/03/2019	8,83%	não
15/04/2019	8,83%	não
15/05/2019	8,83%	1,88%
15/06/2019	8,83%	1,88%
15/07/2019	8,83%	1,88%
15/08/2019	8,83%	1,88%
15/09/2019	8,83%	1,88%
15/10/2019	8,83%	1,88%

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO EM 16/12/2016
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

15/11/2019	8,83%	1,88%
15/12/2019	8,83%	1,88%
15/01/2020	8,83%	1,88%
15/02/2020	8,83%	1,88%
15/03/2020	8,83%	1,88%
15/04/2020	8,83%	1,88%
15/05/2020	8,83%	0,98%
15/06/2020	8,83%	0,98%
15/07/2020	8,83%	0,98%
15/08/2020	8,83%	0,98%
15/09/2020	8,83%	0,98%
15/10/2020	8,83%	0,98%
15/11/2020	8,83%	0,98%
15/12/2020	8,83%	0,98%
15/01/2021	8,83%	0,98%
15/02/2021	8,83%	0,98%
15/03/2021	8,83%	0,98%
15/04/2021	8,83%	0,98%
15/05/2021	8,83%	0,98%
15/06/2021	8,83%	0,98%
15/07/2021	8,83%	0,98%
15/08/2021	8,83%	0,98%
15/09/2021	8,83%	0,98%
15/10/2021	8,83%	0,98%
15/11/2021	8,83%	0,98%
15/12/2021	8,83%	0,98%
15/01/2022	8,83%	0,98%
15/02/2022	8,83%	0,98%
15/03/2022	8,83%	0,98%
15/04/2022	8,83%	0,98%
15/05/2022	8,83%	0,98%
15/06/2022	8,83%	0,98%
15/07/2022	8,83%	0,98%
15/08/2022	8,83%	0,98%
15/09/2022	8,83%	0,98%
15/10/2022	8,83%	0,98%
15/11/2022	8,83%	0,98%
15/12/2022	8,83%	0,98%
15/01/2023	8,83%	0,98%
15/02/2023	8,83%	0,98%

X

21 DEZ 16 956440

REGISTRADO E ARCHIVADO
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

15/03/2023	8,83%	0,98%
15/04/2023	8,83%	0,98%
15/05/2023	8,83%	0,98%
15/06/2023	8,83%	0,98%
15/07/2023	8,83%	0,98%
15/08/2023	8,83%	0,98%
15/09/2023	8,83%	0,98%
15/10/2023	8,83%	0,98%
15/11/2023	8,83%	0,98%
15/12/2023	8,83%	0,98%
15/01/2024	8,83%	0,98%
15/02/2024	8,83%	0,98%
15/03/2024	8,83%	0,98%
15/04/2024	8,83%	0,98%
15/05/2024	8,83%	0,98%
15/06/2024	8,83%	0,98%
15/07/2024	8,83%	0,98%
15/08/2024	8,83%	0,98%
15/09/2024	8,83%	0,98%
15/10/2024	8,83%	0,98%
15/11/2024	8,83%	0,98%
15/12/2024	8,83%	0,98%
15/01/2025	8,83%	0,98%
15/02/2025	8,83%	0,98%
15/03/2025	8,83%	0,98%
15/04/2025	8,83%	0,98%
15/05/2025	8,83%	0,98%
15/06/2025	8,83%	0,98%
15/07/2025	8,83%	0,98%
15/08/2025	8,83%	0,98%
15/09/2025	8,83%	0,98%
15/10/2025	8,83%	0,98%
15/11/2025	8,83%	0,98%
15/12/2025	8,83%	0,98%
15/01/2026	8,83%	0,98%
15/02/2026	8,83%	0,98%
15/03/2026	8,83%	0,98%
15/04/2026	8,83%	0,98%
15/05/2026	8,83%	0,98%
15/06/2026	8,83%	0,98%

21DEZ16 956440

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

15/07/2026	8,83%	0,98%
15/08/2026	8,83%	0,98%
15/09/2026	8,83%	0,98%
15/10/2026	8,83%	0,98%
15/11/2026	8,83%	1,00%

